

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senadores pressionam, mas Bolsonaro dobra a aposta contra o isolamento - BRASÍLIA - DF... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Congresso articula mais um Refis e nova repatriação com isenção de multa.....5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

André Brandão renuncia e governo indica executivo de consórcios à direção do BB..... 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ações contra Lula no DF travam com depoentes no exterior e até por tradução..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Covid-19 traumatiza o Congresso - NAS ENTRELINHAS..... 15

O GLOBO - ON LINE - RJ - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Após perdão de dívidas das igrejas, bancada evangélica mira benefícios tributários e indicação ao STF16

VALOR ECONÔMICO - SP - EU E FIM DE SEMANA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O alto custo da burocracia 18

ESTADO DE MINAS - MG - COVID-19
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Conselho de Saúde pede lockdown..... 23

ESTADO DE MINAS - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

No mundo, alívio. No Brasil, calamidade - MERCADO S/A..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O escândalo dos vetos (3)..... 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Para economistas, governo tem de focar nas vacinas 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Economia diz que não se opõe a projeto apoiado por Michelle..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Em lockdown, restaurantes negociam alívio..... 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Dólar abre em forte queda em reação ao Copom, mas se recupera e fecha a R\$ 5,57..... 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

País vai quieto para o matadouro - VINICIUS TORRES FREIRE	35
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Taxa de juros provoca reação de Arthur Lira	36
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Dá de comer, recado ao governo - FLÁVIA OLIVEIRA	38
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Alta de juros deve elevar mais a inadimplência	41
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Saúde é motor para PIB no século XXI, diz pesquisador	44
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
PIB do Chile tem maior queda em quase 40 anos	46
VALOR ECONÔMICO - SP - EU E FIM DE SEMANA ECONOMIA	
Bolsonaro é o adversário do Centro (2)	47

Senadores pressionam, mas Bolsonaro dobra a aposta contra o isolamento - BRASÍLIA - DF



DENISE ROTHENBURG

A morte do senador Major Olímpio tirou o Senado da fila de espera pelo novo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Enlutados e chocados pela morte do colega de 58 anos, eles se preparam para chamar a cúpula dos Três Poderes para a montagem de uma coordenação nacional de combate à covid-19. Cansaram de esperar essa atitude de Jair Bolsonaro e, depois da live presidencial desta semana, perceberam que a perspectiva de mudança de rumo do Poder Executivo por iniciativa própria é remota. Bolsonaro continua dizendo que é preciso isolar os idosos, as pessoas que têm comorbidades e os "obesos", "o resto tem que voltar à normalidade". Em suas redes sociais, o presidente avisou, inclusive, que entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra as medidas adotadas pelos estados, em especial o toque de recolher, que ele considera uma iniciativa privativa do

presidente da República.

Diante do discurso do presidente, os senadores hoje acreditam que o novo ministro, Marcelo Queiroga, que tem a posse prevista para terça-feira, não conseguirá fazer com que Bolsonaro aceite o "distanciamento inteligente", que o próprio Queiroga citou como necessário ao chegar para uma reunião no Planalto.

Vacinas sem impostos

Uma das primeiras atitudes dos senadores em homenagem a Major Olímpio será colocar para tramitar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), apresentada por ele, para isentar de **impostos** e contribuições a produção, o transporte, a importação e a aplicação de vacinas. O projeto foi redigido pelo ex-secretário da **Receita Federal** Everardo Maciel, a pedido do senador. Porém, não deu tempo de Olímpio recolher o número mínimo de assinaturas para a tramitação do texto.

Contramão

A proposta de Major Olímpio vai na contramão dos desejos do governo, de melhoria do quadro fiscal. Porém, diante da situação de emergência e tragédia que o país vive, se for colocado em pauta, passa rapidinho.

"Vexame internacional"

Ao se referir à gestão da pandemia no Brasil como um vexame internacional, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), marca uma linha de afastamento do governo de Bolsonaro. O comandante da Casa já avisou que não tem compromisso com os erros alheios.

Muita calma nessa hora

Ministros próximos a Bolsonaro acompanham o Congresso tirando a temperatura do descontentamento em relação ao governo. E não há, no momento, discurso disponível para atender as emendas e arrumar a base, em torno de tudo o que o governo deseja. Em especial, a reforma administrativa.

CURTIDAS

A volta de Wassef/ O advogado Frederick Wassef está de volta ao seio da família Bolsonaro. Ontem, em entrevista ao Morning Show, da rádio Jovem Pan, ele se referiu ao senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) como o "seu cliente", que "não fez rachadinha e nem recebeu depósitos", e também defendeu Jair Renan Bolsonaro: "Ele não ganhou carro elétrico, não existe isso, é uma fake news", afirmou, referindo-se ao filho 04 do presidente e às acusações de que teria recebido um carro elétrico de presente.

Por falar em Flávio.../ Os negócios de 01 foram alguns dos motivos que levaram o senador Major Olímpio a se afastar de Bolsonaro. Ontem, por sinal, o presidente sequer citou a morte do senador em sua live.

Depois da festa.../ A proibição de circulação na Câmara, anunciada ontem, depois da morte de Major Olímpio, vem tarde para muitos servidores da Casa. Em 10 de março, o Sindicato dos Servidores do Legislativo e Tribunal de Contas da União (Sindilegis) divulgou um balanço de 21 mortes e 468 infectados entre os servidores desde o início da pandemia.

. a casa fecha/ O Sindilegis vem, há semanas, pedindo medidas mais restritivas na Casa, sem sucesso. Pelo menos, agora, conseguiu uma resposta afirmativa da administração. Que venham as vacinas capazes de reduzir esse pesadelo.

Congresso articula mais um Refis e nova repatriação com isenção de multa



Para empresas. Pacheco já tem projeto de Refis pronto, apresentado em 2020, e designou Fernando Bezerra como relator

Adriana Fernandes

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (DEM/GO), disparou um movimento pela volta do Refis (programa de parcelamento de débitos tributários). Na visão dele, após a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do auxílio emergencial, a prioridade é cuidar da "saúde financeira" das empresas e pessoas físicas afetadas pelo impacto da pandemia covid-19 que passa por uma segunda onda ainda mais forte do que a primeira em 2020. Ele quer agilizar a tramitação do novo Refis nos próximos 30 dias.

O próprio Pacheco já tem um projeto, apresentado no ano passado, e designou o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), como relator. Bezerra esteve ontem com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir o novo programa.

Segundo apurou o Estadão, o líder do governo já fez também as primeiras reuniões técnicas na **Receita Federal**, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o secretário Especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco.

Pacheco, segundo auxiliares, quer também encampar a proposta para uma nova rodada de repatriação de recursos de contribuintes que estão no exterior e não foram declarados à Receita com o argumento de reforçar os cofres do governo. Se a proposta avançar, será a terceira rodada.

Ele já avisou a Guedes que não vai esperar a **reforma tributária**, como queria a equipe econômica, já que a proposta não avançará rápido.

Imposto de Renda. O presidente do Senado apoia também uma proposta para revisão dos valores dos imóveis e outros ativos, o que possibilitará ao governo arrecadar o Imposto de Renda antecipadamente com alíquota mais baixa. A proposta foi defendida há poucos dias pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Em 2019, o presidente Jair Bolsonaro fez referência a essa proposta, mas ela não avançou na Receita, que na época avaliava que a medida iria beneficiar apenas quem já estivesse engatilhado para vender os ativos e pagar menos tributo.

Na proposta original do projeto de Refis de Pacheco, há várias modalidades de pagamento dos débitos, com parcelamento variando em 145 parcelas e até 175 parcelas (mais de 14 anos). Há uma opção de redução de 90% dos juros de mora e 100% das multas devidas. Para quem parcelar em até 175 vezes, a redução dos juros é de 50% e de 25% multa.

As condições devem variar nas negociações para aprovação do teto.

Outros projetos. Além do projeto de Pacheco, há mais dois projetos de criação de um novo Refis no Congresso: do senador Chico Rodrigues (DEM/RR), e de Ricardo Guidi (PSD/SC).

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), apoia o Refis, mas não se manifestou ainda sobre a possibilidade de avançar com o projeto pela Câmara ou Senado.

Como o projeto do Senado tem o carimbo do próprio presidente da Casa, a expectativa entre os empresários é que haja mais chance de ser encampado e com estágio mais avançado, já que tem relator designado e conversando com o governo.

Segundo a presidente da Federação Nacional das Indústrias de Redes de Telecomunicações e Informática (Feninfra), Vivien Suruagy, as empresas têm pressa por causa do agravamento da pandemia e piora do cenário econômico, depois de um ano já muito difícil em 2020. "A pressão será forte para ter o Refis aprovado até julho", diz. Ela representa 137 mil empresas que empregam 2,25 milhões de trabalhadores.

Ela defende um Refis de até 240 meses e desconto de

juros de 70%. Vivien também defende o parcelamento do débito com a possibilidade de aproveitamento do prejuízo fiscal das empresas. Ela relatou que as empresas estão sofrendo muito também com problemas de inadimplência e, por isso, a urgência do Refis.

Ex-secretário da Receita, Jorge Rachid disse que a situação atual requer uma avaliação aprofundada. Para Rachid que estava à frente do Fisco na época da Refis da crise de 2016- 2017, "o risco que ocorre é estimular os contribuintes que tem condição de pagar e param de pagar como fonte de financiamento".

Mas ele ponderou que, no contexto atual de "guerra", não dá para pegar a "caixinha que era utilizada lá atrás. "É um modelo diferente. Tem que acompanhar o ambiente de inadimplência", recomendou. A posição da Receita é sempre fazer um Refis com regras mais rigorosas do que o anterior para não estimular os devedores contumazes.

O Fisco sempre se posicionou contrário aos inúmeros Refis.

Para o tributarista Luiz Bichara, o Refis é fundamental porque o momento de crise econômica aguda exige algum alívio dos contribuintes.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

● **Programa aberto**

Ex-secretário da Receita, Jorge Rachid lembra que está em aberto um programa de transação tributária que o contribuinte negocia com a área jurídica da Economia os débitos já inscritos

.....

André Brandão renuncia e governo indica executivo de consórcios à direção do BB



Saída. André Brandão apresentou sua renúncia depois de saber que o presidente Bolsonaro havia definido sua demissão

ANNE WARTH, ADRIANA FERNANDES, ANDRÉ ÍTALO ROCHA, ALINE BRONZATI, IDIANA TOMAZELLI, GABRIEL BALDOCCHI

O Banco do Brasil comunicou ontem, após o fechamento do mercado, que o presidente da companhia, André Brandão, entregou o pedido de renúncia ao cargo, com efeitos a partir de 1º de abril. Brandão é o segundo presidente do BB a renunciar em menos de um ano. Seu antecessor, Rubem Novaes, também pediu demissão, alegando motivos pessoais.

A saída de Brandão da presidência do banco público já era esperada pelo mercado. Em janeiro deste ano, o executivo entrou em crise com o presidente Jair Bolsonaro, ao anunciar um plano de reestruturação que previa o fechamento de 112 agências da instituição, além de programas de desligamento, com expectativa de adesão de 5 mil funcionários. O ministro da Economia Paulo Guedes chegou a montar uma "operação apara arestas" para convencer Bolsonaro a mantê-lo no cargo, mas a fritura do executivo continuou, o que fez Brandão colocar seu cargo a disposição no mês passado.

Para assumir o comando do banco estatal, o governo escolheu o presidente da BB Administradora de Consórcios, Fausto de Andrade Ribeiro. O executivo também vai preencher o lugar ocupado por Brandão no conselho de administração da instituição. De acordo com o Ministério da Economia, o nome será encaminhado para análise do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade do BB.

Ribeiro, 52 anos, é presidente da subsidiária do BB desde setembro de 2020. Antes de assumir o cargo, ele foi gerente executivo do banco por quase quatro anos, responsável pela área de canais de terceiros,

como correspondentes bancários, banco postal, redes compartilhadas e Banco 24 horas. O executivo foi ainda gerente geral da instituição financeira para Espanha e Marrocos, gerente executivo e responsável pela área de controle contábil do BB e gerente executivo do Banco Patagônia em Buenos Aires.

Formado em Administração pela Universidade Católica de Brasília e Direito pelo Centro Universitário de Brasília, Ribeiro tem especialização em economia pela The George Washington University e MBA em Finanças pelo Ibmec. Está no BB desde setembro de 2000.

Bastidores. André Brandão já havia sido **comunicado** da decisão do presidente Jair Bolsonaro sobre sua demissão. Ele renunciou para não ficar de "stand-by" esperando a formalização da sua saída.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, tentou segurar Brandão por mais tempo no cargo e evitar o anúncio neste momento, para evitar a amplificação de ruídos no mercado financeiro após a demissão do presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco.

No governo, um dos nomes mais cotados para a presidência do BB era o do vice-presidente corporativo do BB, Mauro Ribeiro Neto, de 33 anos. Mas segundo apurou o Estadão/Broadcast, Guedes considerava Neto muito jovem para assumir o comando do banco público. O executivo, que é servidor público de carreira e já atuou na Secretaria de Coordenação e Governança de Estatais do extinto Ministério do Planejamento, permanecerá no cargo.

Já o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, patrocinava a candidatura de Eduardo Dacache para assumir o BB. Ele é presidente da Caixa Seguridade e, por isso, a sua indicação sofreu resistências dentro do BB, diante da rivalidade que existe entre os dois maiores bancos públicos do País.

Demissões. Além de Castello Branco, Bolsonaro já mandou demitir dois auxiliares de Guedes que bateram de frente com ele. No primeiro ano de mandato, o presidente decidiu demitir o então secretário da **Receita Federal**, Marcos Cintra, porque considerou que a discussão sobre a criação de um imposto nos moldes da CPMF se tornou "pública demais". Embora tivesse apoio da equipe econômica,

o assunto gerou polêmica e não agradou os seus apoiadores.

Bolsonaro também influenciou na mudança de comando de outro banco público ainda em 2019. Ele disse que o então presidente do BNDES, Joaquim Levy, estava com "a cabeça a prêmio" durante conversa com jornalistas. No dia seguinte, Levy pediu demissão do cargo.

Despedida. Na mensagem de despedida enviada aos funcionários do banco, na qual o Estadão/ Broadcast teve acesso, Brandão menciona sua tentativa de modernizar o BB. No texto, ele diz ter procurado "desafiar vários paradigmas antigos", em discussões do conselho diretor. "Provoquei muitos a pensar diferente", disse o executivo.

"Apesar de saber que sou um breve passageiro nesta bicentenária instituição, eu me senti parte da família, graças ao carinho de vocês", disse Brandão aos funcionários. "Espero ter deixado algumas sementes de contribuição para ajudá-los no futuro."

Saída deve acentuar incertezas sobre gestão do BB

Embora já fosse esperada pelo mercado, a saída do atual presidente do Banco do Brasil, André Brandão, deve acentuar o clima de incertezas em torno da gestão da estatal. Para Henrique Esteter, analista da Guide Investimentos, a renúncia representa uma sinalização negativa para o banco. "Ele chegou há pouco tempo, com o objetivo de enxugar e quando começou a fazer isso, acabou não conseguindo", afirma o analista. "A sinalização é negativa." O risco de interferência vem penalizando as ações do Banco do Brasil - os papéis lideram as perdas do setor no ano, com baixa de cerca de 20%. "A performance do Banco do Brasil já vinha pior em 2020 e se acentuou neste ano", afirma Esteter. Segundo o analista, o mercado vai prestar atenção não apenas no nome do substituto de Brandão como também nas primeiras indicações públicas. "O mercado vai ficar muito atento ao primeiro discurso", afirmou.

Diretor de renda variável da Eleven Financial, Carlos Daltozo também afirma que a renúncia do executivo, depois de apenas seis meses no posto, põe a insdotituição em um cenário de "total incerteza". Daltozo espera uma reação negativa do mercado às ações do BB.

"Qualquer empresa que faça um processo de transição e cinco meses depois muda novamente, ainda mais um empresa listada na Bolsa, vai sofrer consequências", afirma o analista.

O diretor da Eleven diz ainda que a renúncia de

Brandão é "perfeitamente" compreensível, pois ocorre após um acúmulo de sinalizações negativas por parte de Bolsonaro, como a irritação com o plano e até a troca de comando em outra estatal, a Petrobrás. "Vendo pouca possibilidade de ajustas as coisas, ele renuncia", diz.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

● **‘Parte da família’**

“Apesar de saber que sou um breve passageiro nesta bicentenária instituição, eu me senti parte da família, graças ao carinho de vocês.”

André Brandão

EM MENSAGEM AOS FUNCIONÁRIOS

.....

Ações contra Lula no DF travam com depoentes no exterior e até por tradução



Lula na entrevista à CNN Internacional exibida nesta quinta-feira (18) Reprodução

Felipe Bächtold - são paulo

A julgar pelas idas e vindas que os processos a que responde na Justiça Federal em Brasília já tiveram, o ex-presidente Lula terá longa tramitação pela frente até o desfecho dos casos que anteriormente estavam no Paraná.

O petista foi beneficiado na semana passada pela ordem do ministro Edson Fachin (STF) que anulou sentenças e determinou que quatro ações penais abertas a partir da Lava Jato em Curitiba reiniciem a tramitação no Distrito Federal, por não terem vínculos diretos com a Petrobras.

No DF, Lula já conseguiu decisões definitivas para absolvição ou trancamento em três processos em que era réu.

Há outras três ações abertas. A mais antiga tramita desde 2016, época em que começou a ser processado no Paraná, sem perspectiva de assinatura de sentença logo.

O caso mais cheio de percalços no DF é o que mira também seu filho mais novo, Luís Cláudio. Em um desdobramento da **Operação Zelotes**, pai e filho viraram réus em processo que trata da compra de caças pelo governo federal e da edição de medida provisória que prorrogou incentivos a montadoras.

Os dois são acusados de lavagem de dinheiro e de organização criminosa -o ex-pre-sidente também responde por tráfico de influência.

Uma empresa de Luís Cláudio, a LFT Marketing Esportivo, recebeu de 2014 a 2015 R\$ 2,55 milhões de um escritório que seria de lobistas.

Segundo o Ministério Público Federal, houve simulação de prestação de serviços pela firma, e o dinheiro foi pago para influenciar decisões do governo federal à época.

A Procuradoria também afirma que Luís Cláudio plagiou textos da internet em relatórios que justificariam a consultoria que disse ter prestado ao escritório dos lobistas.

Até hoje ainda não aconteceu o interrogatório do ex-presidente na ação, fundamental para que o processo avance.

O juiz responsável, Vallisney Oliveira, marcou o depoimento pela primeira vez em 2017. Houve adiamentos seguidos, e a previsão agora é que ocorra em 27 de maio.

As defesas argumentavam que não havia como os réus serem questionados em juízo antes da resposta de autoridades estrangeiras sobre pedidos para ouvir testemunhas que vivem fora do Brasil.

Na lista dos depoimentos a serem colhidos estavam os dos ex-presidentes franceses Nicolas Sarkozy e François Hollande, além do primeiro-ministro sueco Stefan Löfven.

França e Suécia disputavam o contrato do governo brasileiro para a compra de caças. A sueca Saab acabou sendo a escolhida em 2013, em um negócio de US\$ 4,5 bilhões.

Em 2018, a audiência do ex-presidente foi suspensa na véspera por ordem de um juiz do TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região).

"Não se pode esperar eternamente o cumprimento de diligência internacional", escreveu em 2019 o juiz Vallisney, citando o princípio da "razoável duração do processo".

O depoimento dos franceses, pedido em 2017, só chegou à Vara Federal em fevereiro de 2020. Houve uma discussão de meses sobre quem pagaria pela tradução do material enviado da França.

A defesa de Lula argumentou que ele estava com bens bloqueados, não tinha como arcar com os custos e pediu a gratuidade à Justiça, negada. Em fevereiro, por fim, despacho informou que o pagamento da tradução tinha sido feito.

Os suecos responderam em 2018.0 Reino Unido, também acionado, pediu garantias em 2019 de que a cooperação não provocaria abertura de processo contra a testemunha.

Pedidos de colheita de depoimento no exterior também foram feitos na ação em que Lula é acusado de corrupção envolvendo linha de crédito para a Odebrecht na África.

Em novembro, o TRF-1 mandou suspender por seis meses o interrogatório de Lula nesse caso para aguardar a resposta de autoridades de Angola.

Antes, o juiz Vallisney abriu a possibilidade de ouvir testemunhas fora do país por videoconferência, citando a necessidade de celeridade.

O pedido dos depoimentos, de 2019, inclui o ex-presidente angolano José Eduardo dos Santos. Os ex-ministros Paulo Bernardo e Antonio Palocci também são réus. Na Lava Jato em Curitiba, o então juiz Sérgio Moro costumava barrar pedidos para tomada de depoimentos fora do país.

Moro, hoje sob a ameaça de ser considerado parcial, pelo Supremo, em sua atuação em casos do petista, expediu a primeira sentença de Lula, agora anulada, depois de dez meses de tramitação do processo, entre 2016 e 2017.

A 13ª Vara Federal de Curitiba, em que atuava, é especializada em crimes financeiros, e o titular se dedicou apenas a casos ligados à Lava Jato, o que acelerou suas iniciativas.

Realidade bem diferente ocorre no DF. Em 2018, o TRF-1 afirmou que a 10ª Vara Federal, que recebeu casos de Lula, estava em "situação quase caótica" pelo acúmulo de casos complexos, fruto de uma sequência de operações da PF.

Na ocasião, casos foram distribuídos para outros juízes de primeira instância. Isso afetou outro processo da Zelotes em que Lula é réu, acusado de corrupção por supostamente ter participado da "venda" de outra

medida provisória que beneficiou o setor automobilístico.

Nessa ação, porém, ele já prestou depoimento, um ano atrás. Na ocasião, disse que o Ministério Público "mentiu na acusação porque a Polícia Federal mentiu no inquérito". Também afirmou que Palocci deve ter recebido "um prêmio" para acusá-lo. É o caso em estágio mais avançado entre os três.

O ritmo de tramitação dos casos pode ser decisivo para definir, por exemplo, o status dos direitos políticos do ex-presidente. Se ele for condenado, e a sentença for confirmada em segunda instância, ele ficaria sujeito à Lei da Ficha Limpa. Hoje, é improvável que esse cenário ocorra antes das eleições de 2022.

A anulação dos casos que estavam no Paraná, ordenada por Fachin, ainda será avaliada pelo plenário do Supremo. A Procuradoria-Geral da República recorreu da decisão, e o assunto será avaliado pelos outros dez ministros da corte.

Lula sempre negou que os pagamentos recebidos pela empresa do filho Luís Cláudio tivessem origem ilícita. A defesa já afirmou que o plágio apontado pela PF corresponde a uma pequena parcela das informações dos documentos relativa a dados públicos incluídos na consultoria. Também disse que, no período investigado, Lula já não era mais presidente.

Em relação ao caso que envolve a Odebrecht, a defesa afirmou na época da abertura da ação que Lula jamais solicitou vantagem indevida e que a acusação tentou atribuir responsabilidade penal ao então presidente por "decisões legítimas tomadas por órgãos de governo".

-

'Ninguém respeita o Brasil hoje', diz petista à CNN

Em entrevista à CNN Internacional, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma avaliação da pandemia de Covid-19 no Brasil e disse que a falta de coordenação nacional para combatê-la é principal motivo para o avanço da doença, numa crítica à gestão do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Para Lula, as atitudes de Bolsonaro são também o motivo da imagem negativa que o país tem passado no combate ao coronavírus.

"Nosso governo não respeita ninguém, e ninguém respeita o Brasil hoje", afirmou Lula na entrevista à jornalista Christiane Amanpour, exibida nesta quinta-feira (18) pelo canal internacional de notícias.

"Essa é uma doença que não tem controle no Brasil. Os governadores estão fazendo um tremendo esforço, mas o presidente da República não assume responsabilidade e está até prescrevendo remédios que não funcionam", acrescentou o ex-presidente, em referência, principalmente, à cloroquina.

Lula disse que no início da pandemia governantes de vários países não sabiam como lidar com a doença, que não tinha a sua gravidade nem tratamento conhecidos até então. No entanto, o ex-presidente acredita que deveria ter sido criado um "protocolo nacional" contra a Covid-19.

"A Covid começou tendo um tratamento inadequado no Brasil e no mundo. O presidente [Bolsonaro] não acreditava na gravidade da pandemia, achou que era uma gripe e era contra o uso de máscaras", relatou Lula.

"Um bom administrador teria criado um comitê científico com governadores e autoridades da saúde para ter um protocolo nacional. E agora chegamos a quase 3.000 mortes [diárias] no Brasil", completou.

- "Nosso governo não respeita ninguém, e ninguém respeita o Brasil hoje"

- "Essa é uma doença que não tem controle no Brasil. Os governadores estão fazendo um tremendo esforço, mas o presidente da República não assume responsabilidade e está até prescrevendo remédios que não funcionam"

- "A Covid começou tendo um tratamento inadequado no Brasil e no mundo. O presidente [Bolsonaro] não acreditava na gravidade da pandemia, achou que era uma gripe e era contra o uso de máscaras"

- "Um bom administrador teria criado um comitê científico com governadores e autoridades da saúde para ter um protocolo nacional. E agora chegamos a quase 3.000 mortes [diárias] no Brasil" Luiz Inácio Lula da Silva em entrevista à CNN Internacional

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

70

**Comparação da tramitação do caso tríplex,
no Paraná, com a da ação dos caças, no DF**

Caso tríplex	Caso Zelotes
	2016
Lula vira réu	setembro
	dezembro
	Lula e o filho Luís Cláudio viram réus na Justiça Federal no DF em processo que trata da compra de caças pelo Brasil e da edição de medida provisória
	2017
Ex-presidente presta depoimento	maio
	junho
	Defesas indicam 107 testemunhas, sendo que 17 moram em outros países, incluindo os ex-presidentes franceses Nicolas Sarkozy e François Hollande, e o premiê sueco Stefan Löfven
Sentença de Sergio Moro condena Lula a 9,5 anos de prisão por corrupção e lavagem	julho
	setembro
	Juiz determina que defesas providenciem a tradução de documentos que serão enviados ao exterior nas cartas rogatórias. Essas cartas são pedidos para a realização de diligências feitos pela autoridade de um país para outro.
	outubro
	Advogado de um dos réus pede depoimento no Reino Unido. Última das testemunhas residentes no Brasil é ouvida. Depoimento de Lula, que ocorreria neste mês, é desmarcado
	novembro
	São enviadas pelo Ministério da Justiça cartas rogatórias para autoridades da França, Suécia e do Reino Unido
	2018
TRF-4 confirma a condenação e aumenta a pena para 12 anos e 1 mês de prisão	janeiro
	fevereiro
	TRF-1, de segunda instância, suspende o interrogatório dos réus, marcado para aquele mês, citando a necessidade de aguardar o retorno da cooperação das autoridades na Europa
Lula é preso e começa a cumprir pena	abril
	junho
	Liminar do TRF novamente barra o interrogatório
	agosto
	Juiz responsável informa que a Suécia respondeu as cartas
	outubro
	Juiz diz que não tem como atender, por não ser de sua atribuição, pedido de Lula de liberar recursos bloqueados por Curitiba para pagar o tradutor do material vindo da Suécia
	2019
Mais uma corte, o Superior Tribunal de Justiça, confirma a condenação, mas reduz pena para 8 anos, 10 meses e 20 dias de prisão	abril
	setembro
	Ministério da Justiça diz que a França não respondeu e que Reino Unido exige mais garantias sobre depoimentos
	outubro
	Depoimento de Lula é novamente desmarcado
Após 580 dias, Lula deixa a cadeia por mudança de entendimento do STF sobre a prisão de condenados em segunda instância. Ele passa a aguardar os recursos em liberdade	novembro
	2020
	fevereiro
	Chegam respostas da França e do Reino Unido
	setembro
	Juiz determina indicação de tradutores para a documentação francesa
	novembro
	Lula diz que não pode arcar com os custos de tradução porque está com bens bloqueados e pede a gratuidade de justiça, o que é negado.
	2021
	fevereiro
	Juiz informa que houve pagamento pela tradução e marca depoimento para maio
Sentença é anulada no STF e reanuncia-se no DF	março

Covid-19 traumatiza o Congresso - NAS ENTRELINHAS

POR LUIZ CARLOS AZEDO

A morte do senador Major Olimpio (PSL-SP) traumatizou o Congresso, principalmente o Senado, cujo presidente, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), decretou luto oficial de 24 horas no Legislativo. Na Câmara, o presidente Arthur Lira (PP-AL) restringiu ao máximo o funcionamento da Casa: proibiu reuniões presenciais das comissões e ampliou o trabalho em home office dos funcionários. Com a morte do terceiro senador por covid-19, a pressão sobre o presidente Jair Bolsonaro para uma mudança na política sanitária aumentou muito. Mesmo na base do governo, a insatisfação é generalizada.

Major Olimpio foi o terceiro senador a falecer vítima da doença, com a diferença de que, aos 58 anos, era bem mais jovem do que Arolde de Oliveira (PSD-RJ), que faleceu em outubro, aos 83 anos, e José Maranhão, de 87 anos, que morreu em fevereiro passado. Dois senadores também contraíram a covid-19, provavelmente na mesma reunião com prefeitos da qual participou Major Olimpio: Lasier Martins (Podemos-RS), que teve alta do Hospital São Lucas, em Porto Alegre, ontem, após 13 dias de internação; e Alessandro Vieira (Cidadania-SE), que deve receber alta hoje, depois de ser internado na semana passada.

Com a falta de empatia que o caracteriza, o presidente Jair Bolsonaro deu novas declarações colocando em dúvida as informações sobre ocupação de leitos de hospitais, além de criticar, mais uma vez, a política de isolamento social. Suas declarações geraram reações de governadores e prefeitos, ainda mais porque os hospitais, por causa das UTIs lotadas, estão começando a esgotar os estoques de oxigênio e medicamentos usados na intubação de pacientes. Numa live, Bolsonaro anunciou que a nomeação de Marcelo Queiroga para o Ministério da Saúde será publicada hoje no Diário Oficial da União. O novo ministro está tendo dificuldades para montar sua equipe de trabalho e terá de atuar com o grupo de militares que assessoravam o general Eduardo Pazuello, até que encontre colegas dispostos a assumir a responsabilidade de combater a pandemia.

Bolsonaro continua sabotando os esforços de governadores e prefeitos para reduzir a propagação do vírus com medidas mais rígidas de isolamento social: "Tem um pessoal que continua insistindo no fique em

casa e outros que querem trabalhar por necessidade. Eu acho que ficar em casa é uma coisa bacana, quem não quer ficar de férias em casa aí? Mas pouquíssimas pessoas têm poder aquisitivo para ficar sem trabalhar", disse. Insiste em responsabilizar as medidas sanitárias pela crise econômica: "Temos no Brasil **servidores públicos**, civis e militares, que podem ficar em casa, que, por enquanto, não veem sua remuneração, proventos, aposentadorias, pensões ameaçadas. Agora, uma grande parte dos brasileiros, os que vivem na formalidade, com carteira assinada, perde emprego, tem redução de salário."

Banco do Brasil

O presidente do Banco do Brasil (BB), André Guilherme Brandão, entregou o cargo ontem, por discordar da interferência do presidente Jair Bolsonaro na instituição. É mais uma baixa importante na equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, cada vez menos liberal e mais pragmática. É o segundo presidente do banco a deixar o cargo por divergências com o chefe do Executivo. Para evitar especulações sobre o perfil do novo presidente do banco, o Ministério da Economia anunciou que o cargo será assumido pelo atual diretor do BB Consórcios, Fausto de Andrade.

Bolsonaro quer reforçar o papel social do Banco do Brasil, sendo contrário ao fechamento de agências, apesar da informatização cada vez maior do sistema bancário. O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, tem o perfil desejado por Bolsonaro, que não cansa de elogiá-lo pelo desempenho na distribuição do auxílio emergencial, apesar do alto número de fraudes já identificadas. Fausto de Andrade será o terceiro presidente do Banco do Brasil em pouco mais de dois anos do governo Bolsonaro. Antes de Brandão, ocupou o cargo Rubem Novaes.

"Bolsonaro continua sabotando os esforços de governadores e prefeitos para reduzir a propagação do vírus com medidas mais rígidas de isolamento social"

Após perdão de dívidas das igrejas, bancada evangélica mira benefícios tributários e indicação ao STF

Bernardo Mello

RIO - Após a derrubada de um veto presidencial, com incentivo do próprio presidente Jair Bolsonaro, abriu caminho para o perdão bilionário de dívidas de igrejas, lideranças do meio religioso e parlamentares da bancada evangélica da Câmara atuam para ampliar a imunidade de entidades religiosas dentro da **reforma tributária**. Com horizonte limitado para o avanço da chamada "agenda de costumes" no Congresso, aliados de Bolsonaro no meio evangélico também pleiteiam participação no processo de escolha do próximo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro Marco Aurélio Mello se aposenta em julho.

Aliados vêm alertando Bolsonaro sobre a importância de consolidar o apoio evangélico após o retorno do ex-presidente Lula ao cenário eleitoral. Para eles, apesar de haver afinidade com o presidente neste segmento - que forma sua principal base de apoio, segundo pesquisas -, o petista pode obter o que chamam de "voto de gratidão" na faixa mais pobre.

Embora afirmem que o governo federal não vem atuando em favor de flexibilizar a tributação das igrejas, os deputados evangélicos se articulam para garantir que o relator da reforma, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), agregue ao texto uma emenda que prevê isenções para atividades fora dos templos. A emenda foi levada a Ribeiro no ano passado por Silas Câmara (Republicanos-AM), que presidia a frente evangélica à época.

O texto apoiado pela bancada, hoje sob liderança de Cezinha de Madureira (PSD-SP), evitaria taxações nas remessas para o exterior e a cobrança de IPTU em quaisquer imóveis ligados a instituições religiosas - atualmente, apenas os templos ficam imunes. Cezinha, que é ligado ao principal ramo da Assembleia de Deus, vem declarando que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), comprometeu-se com a "pauta tributária das igrejas".

- Consideramos esta pauta justa, e nada imoral. As conversas com o relator (da **reforma tributária**) continuam. O governo não está pilotando isso como prioridade, até porque a reforma é muito ampla, mas

também não se opôs - disse o deputado Otoni de Paula (PSC-RJ), integrante da bancada evangélica.

Relator na comissão mista da **reforma tributária**, Ribeiro vem trabalhando no texto junto à equipe do ministro Paulo Guedes (Economia), que já se manifestou contra a expansão das isenções de igrejas. Prevista na Constituição, a imunidade religiosa não alcança hoje os encargos trabalhistas, previdenciários e contribuições sociais, que são alvos da bancada evangélica na reforma.

Acenos à base

O Ministério da Economia também se posicionou pelo veto ao perdão de dívidas de igrejas, que pode levar a perdas de R\$ 1,4 bilhão pelo governo federal. A posição de Bolsonaro contrária à equipe econômica foi vista como um aceno a grupos religiosos em meio a dificuldades para emplacar uma agenda conservadora na Câmara. Das 35 prioridades enviadas pelo governo ao Congresso, só o projeto que visa a regulamentar o homeschooling (ensino em casa) atende a essa base.

Pautas como o Estatuto do Nascituro, que restringe hipóteses de aborto legal em caso de estupro, e o Escola Sem Partido, que procura regular conteúdos "político-ideológicos" em salas de aula, ficaram travadas na atual legislatura. A bancada evangélica avalia que projetos nessa linha só têm chance de caminhar a partir do ano que vem.

Fora do Legislativo, o tema que mobiliza lideranças religiosas é a escolha do ministro do Supremo Tribunal Federal para a cadeira de Marco Aurélio Mello, que se aposentará até julho. Embora diferentes representantes do meio evangélico tenham sugerido nomes do Judiciário, como o desembargador federal William Douglas ou o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Humberto Martins, aliados de Bolsonaro afirmam que o presidente tende a indicar o ministro da Justiça, André Mendonça, tido como um nome de sua confiança. Bolsonaro vem dialogando com pastores das principais igrejas para anular eventuais resistências a Mendonça e convencê-las de que ele cumpre o perfil de "terrivelmente evangélico", prometido pelo presidente.

Site: <https://oglobo.globo.com/brasil/apos-perdao-de-dividas-das-igrejas-bancada-evangelica-mira-beneficios-tributarios-indicacao-ao-stf-24931820>

O alto custo da burocracia



Por Joice Bacelo, do Rio

E muito difícil escapar das garras do Leão brasileiro - as girafas que o digam. Quando um zoológico do interior de Santa Catarina assinou contrato de permuta com outro dos Estados Unidos, acreditou que estava apenas trocando 32 aves nacionais por três girafas. O felino não quis saber e atacou na alfândega brasileira. A mordida foi de quase US\$ 23 mil.

O caso percorreu todas as instâncias do Judiciário. Foi concluído com uma decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, em 2019. Ele validou parte da cobrança feita pela **Receita Federal**: US\$ 7,79 mil em PIS e Cofins Importação. Considerou que as girafas se enquadravam no conceito de bens e, sendo assim, a permuta deveria ser tributada.



Essa história faz parte de um acervo de disputas tributárias que ultrapassa R\$ 5,4 trilhões - o que equivale a 75% do **PIB**. E essa conta, segundo o Insper, autor do levantamento, está subestimada. Inclui só as disputas com origem nas cobranças da **Receita Federal**. As ações ajuizadas por iniciativa dos contribuintes não estão contabilizadas.

"O contencioso é a doença, não a causa", diz Breno Vasconcelos, advogado tributarista, professor e pesquisador no Insper e na FGV. "A gente tem um sistema marcado por complexidade, insegurança e litigiosidade. São causas e efeitos que se retroalimentam. Excesso de complexidade gera litigiosidade, que, por sua vez, gera mais complexidade." Uma empresa precisa seguir o que consta em 4.078 normas - ou 45.791 artigos e 106.694 parágrafos - para estar em dia com as suas obrigações fiscais. Se tiver negócios em todo o país,

esse número aumenta. Somadas as esferas federal, estadual e municipal, são quase 400 mil leis, decretos, medidas provisórias, portarias, instruções normativas e atos declaratórios.

É como se a cada dia útil 46 novas normas fossem editadas. Os dados constam em um estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) sobre os 30 anos da Constituição Federal. "Temos o péssimo hábito de criar novas burocracias e não extinguir as antigas", diz Gilberto Luiz do Amaral, coordenador de estudos do IBPT.

É uma situação que, além de afetar quem está no mercado, desencoraja aqueles que querem empreender. Marina Thiago, gerente de "advocacy" da Endeavor, uma organização de apoio ao empreendedorismo, conta a história de um empresário que planejava vender feijoada congelada. Ele precisava saber quanto pagaria de tributo. Só em São Paulo, encontrou quatro possibilidades de alíquota e, o pior, a receita de seu prato não se encaixava em nenhuma delas.

"Ele está tendo que repensar a receita da feijoada por medo de ser autuado. E estamos falando somente de um Estado. Como vai ser para vender o produto para o Ceará, por exemplo, que tem regras diferentes de São Paulo? É de uma complexidade enorme", diz Marina.

Não surpreende que haja unanimidade sobre a necessidade - e urgência - em simplificar o sistema. O problema é que a **reforma tributária** continua empacada. Enquanto isso, as empresas sentem o impacto direto em seus caixas. Elas precisam dedicar em média 1,5% do faturamento todo ano para se manterem informadas. Estima-se que os gastos totais cheguem a R\$ 65 bilhões só para manterem pessoal, sistemas e equipamentos para acompanhar as mudanças na área tributária.

Todo esse emaranhado de normas, processos e custos para apurar e pagar **tributos** cai no colo do brasileiro - a ponta da cadeia. O fone de ouvido que você compra, a cerveja que você bebe, o arroz com feijão do almoço, tudo o que você enxergar ao seu redor tem um pedaço da carga que as empresas precisam suportar.

Ainda assim, mesmo munidos de todo um aparato para lidar com as questões fiscais, os empresários não se sentem 100% seguros. "Sempre fica a dúvida se estamos fazendo o certo. As regras não são simples", diz Leonardo Dias, sócio da BrScan, empresa de tecnologia com sede no Distrito Federal. Ele conta que em certas situações preferiu pagar mais ao governo a correr o risco de, no futuro, se incomodar.

A BrScan tem 750 funcionários e faturamento anual de mais de R\$ 78 milhões - se enquadra em um regime de apuração mais complexo, chamado de lucro real. As questões fiscais são tratadas pela área financeira, internamente, e por dois prestadores de serviços: uma empresa de contabilidade e outra de consultoria tributária.

A complexidade da legislação brasileira é tamanha que gera situações esdrúxulas. Algumas empresas estão tendo que convencer as autoridades tributárias do que deveria ser óbvio: que tipo de produtos fabricam. O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**, ou **Carf**, última instância para o contribuinte contestar administrativamente as cobranças da **Receita Federal**, está analisando casos do tipo.

Uma dessas disputas, por exemplo, se dá em torno de alguns produtos da Nivea, a empresa de cosméticos. O Nivea Milk seria desodorante ou hidratante? A resposta determina se a alíquota de IPI será de 22% ou de 7%. Itens considerados essenciais - como os desodorantes - têm tributação menor. O caso ainda está em julgamento.

Com a fabricante americana de calçados Crocs, a dúvida era se ela vende sandália de borracha ou sapato impermeável. Essa não era "a pergunta do milhão". Valia muito mais: R\$ 33,1 milhões. Os conselheiros do **Carf** que julgaram o caso deram razão à empresa. "É sandália de borracha." Eles afirmaram que só poderia ser considerado impermeável o calçado que for coberto até a altura do tornozelo. Com essa definição, anularam uma cobrança extra por direitos antidumping - que se calcula com base na diferença entre o valor do produto no país de origem e o valor considerado na exportação.

É possível que, por causa da complexidade do sistema, algumas empresas tenham até mais contadores e advogados contratados do que profissionais para tocar o negócio propriamente dito. Aquelas que têm atuação nacional correm esse risco.

Douglas Campanini, sócio da Athros Auditoria e Consultoria, explica: "Na construção civil, por exemplo, uma empresa com obras em 50 municípios pode ter dez engenheiros para todas elas, mas, na área fiscal, as regras mudam de um local para o outro e serão necessários profissionais com conhecimento em cada um deles".

O consultor cita também o setor de segurança. Campanini já teve, entre os seus clientes, uma empresa que presta serviços para agências bancárias em milhares de municípios diferentes. Três andares do prédio, recorda, eram ocupados somente por profissionais que cuidam da área fiscal. "Tem que ter

uma atenção enorme. Um erro tributário pode colocar a rentabilidade do negócio ao vento", afirma.

Existe uma lei federal que regulamenta o ISS, o imposto municipal sobre serviços. Mas cada um dos 5.570 municípios brasileiros tem autonomia para definir a alíquota e fixar obrigações acessórias. O mesmo ocorre com os Estados e a cobrança do ICMS. O Rio Grande do Sul, por exemplo, alterou 558 vezes o seu regulamento em quatro anos.

As três propostas de **reforma tributária** no Congresso reduzem apenas parte dessa complexidade. A proposta de emenda constitucional (PEC)45, da Câmara dos Deputados, e a PEC 110, do Senado, preveem tributar bens e serviços por meio de um único imposto, chamado IBS. A PEC 45 eliminaria IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS. A segunda é mais ampla. Inclui os mesmos **tributos** e complementa com IOF, salário-educação, Cide-combustíveis e Pasep.

Parecia que o debate iria deslanchar no ano passado. Em fevereiro, os então presidentes da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e David Alcolumbre (DEM-AP), criaram uma comissão mista que teria 45 dias para consolidar a proposta de mudança constitucional.

O plano era ousado: previa a votação em até dois meses e o envio do texto diretamente para os plenários das duas casas. Uma audiência pública foi realizada em março, mas, em seguida, os trabalhos pararam por causa do começo da pandemia.

Em julho, o assunto voltou a ficar aquecido. O ministro da Economia, Paulo Guedes, entregou ao Congresso o que seria a primeira parte da proposta de reforma do Executivo. O projeto de lei 3.887 é bem menos ousado que as PECs. Substitui somente o PIS e a Cofins por um novo tributo: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Nesse mesmo mês, a comissão mista foi reativada. Mas, por divergências políticas, o trabalho não foi para a frente. O prazo para a conclusão era 10 de dezembro. O relatório final não foi apresentado, e as atividades acabaram sendo prorrogadas para até 31 de março.

No começo deste ano, com a troca de comando do Congresso, as promessas em torno da **reforma tributária** foram renovadas. Os novos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), listaram o tema entre as prioridades.

O assunto, por si só, é complexo. Uma reforma mais ampla, além disso, depende de Estados e municípios,

o que torna esse processo ainda mais difícil. ICMS e ISS - que podem ser extintos com a aprovação das PECs - são as principais fontes de arrecadação deles. Ninguém quer dar um passo em falso. Ainda mais em um momento de forte crise econômica.

A União, por outro lado, precisa de uma solução para o PIS e a Cofins. As contribuições estão no topo do ranking de litígios. Correspondem a 36% de todas as ações judiciais movidas pelos contribuintes para questionar **tributos** federais. Questões relacionadas ao Imposto de Renda das empresas, por exemplo, somam só 5%.

Existem duas questões principais para essa dor de cabeça: o sistema da não cumulatividade do PIS e da Cofins e a inclusão de outros **tributos** na sua base de cálculo.

A não cumulatividade gera crédito às empresas. Significa que a tributação embutida nas compras de produtos considerados essenciais para o negócio pode ser descontada do cálculo a pagar ao governo. Isso abre uma ampla gama de interpretações. Contribuintes e Fisco brigam como cão e gato sobre quais bens e serviços entram nesse pacote.

O que mais preocupa o governo, no entanto, é a discussão do "tributo sobre tributo". Representa 70% das ações relacionadas ao PIS e à Cofins. E quando se fala em valores, até assusta. A principal discussão tributária no país - chamada de tese do século pelos advogados - trata da exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições.

Sem a parcela do imposto estadual embutida na conta, os valores a pagar em PIS e Cofins ficam menores. A equipe econômica diz que o impacto aos cofres da União é de cerca de R\$ 250 bilhões, considerando, aqui, as devoluções aos contribuintes que, por anos, foram cobrados de forma indevida.

Esse ambiente de guerra também não é bom para os contribuintes. No ano passado, até setembro, a União havia vencido 31 dos 37 julgamentos tributários realizados no Supremo Tribunal Federal, segundo dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Se contabilizado em reais, o placar ficou em R\$ 527 bilhões para a União contra R\$ 48,13 bilhões para os contribuintes.

"Toda a complexidade do sistema está no colo do contribuinte. Ele contrata meio mundo, decifra, interpreta, declara, paga o tributo e ainda precisa esperar pelos próximos cinco anos para não ter mais riscos de autuação", diz o tributarista Breno Vasconcelos.

Perde-se, além de dinheiro, muito tempo com isso. Segundo o "Doing Business", ranking do Banco Mundial que trata da regulamentação do ambiente de negócios, as empresas brasileiras gastam 1,5 mil horas por ano para calcular e pagar **tributos**.

O Brasil é o último de uma lista de 190 países. A média registrada nos demais países da América Latina, para se ter uma ideia, é de 300 horas por ano. Já a dos membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 150 horas.

A Endeavor e a Ernst Young utilizaram os dados do "Doing Business" para simular o impacto que haveria no Brasil com uma **reforma tributária**. Das 1,5 mil horas gastas atualmente pelas empresas, 885 são direcionadas para apurar e pagar PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS - **tributos** que, se levadas adiante as PECs 45 e 110, serão unificados e transformados em IBS. Essa transformação, segundo consta na pesquisa, reduziria em 68% o tempo gasto com a tributação. Diminuiria de 885 para 285 horas ao ano.

Se levado em conta o projeto do governo federal somente, menos abrangente que as PECs, a redução seria de 34%. Em vez de gastar 885 horas, os contribuintes levariam 585 horas para apurar e pagar a CBS e os demais **tributos** que incidem sobre bens e consumo que não seriam extintos.

"Nós defendemos a reforma mais ampla. ISS e ICMS têm um nível de complexidade muito grande. A CBS, mesmo reduzindo a quantidade de tempo gasto, ainda não seria suficiente para deixar o Brasil alinhado com os demais países. Continuaríamos com muitas horas a mais", afirma Marina Thiago, da Endeavor.

O principal temor do mercado com relação à reforma é a possibilidade de haver aumento na carga tributária. Os prestadores de serviço que estão no regime do lucro presumido, por exemplo, sairiam de uma alíquota de PIS e Cofins de 3,65% para 12% com a criação da CBS.

Seria a mesma porcentagem que incide na indústria e no comércio. A diferença é que o setor de serviços não conseguiria aproveitar da mesma forma os créditos gerados com a compra de insumos, já que o seu principal gasto é com mão de obra, que não está contemplada no projeto.

Tributaristas dizem que a mudança poderia afetar mais aqueles que dependem do consumidor pessoa física. Porque teriam mais dificuldades de fazer o repasse no preço - restaurantes, salões de beleza, escolas, serviços médicos e profissionais liberais entre eles. Preocupa, além disso, a forma como ocorreria a

transição do sistema atual para o novo, seja IBS ou CBS.

"Fazer reforma sem antes simplificar o sistema tributário brasileiro é, na verdade, ampliar a complexidade. Hoje nós temos uma legislação espalhada. Essas regras deveriam ser compiladas, e as burocracias desnecessárias, eliminadas. Porque imagine que por muito tempo o contribuinte terá que conviver com dois sistemas, o antigo e o novo", observa Amaral, do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação.

A ROIT, empresa de contabilidade e tecnologia, prevê enormes gastos com a transição. A projeção é de que as empresas tenham que desembolsar mais de R\$ 500 bilhões com serviços de contabilidade e implantação de novos sistemas. "Estamos falando de 7% a 8% do **PIB** só de gastos em gestão tributária", afirma Lucas Ribeiro, sócio da empresa.

Não haverá solução fácil. Uma reforma fatiada, como defende o governo, geraria menos custos de transição, mas não resolveria todo o problema. A reforma mais ampla, por outro lado, envolve tantas partes interessadas que, na visão dos advogados, ainda é difícil acreditar que sairá do papel.

Para Ribeiro, além disso, não haverá solução sem uma mudança de cultura. "O Fisco, hoje, é o mocinho, e os empresários são os bandidos. Não existe parceria. No Brasil, para tirar uma dúvida, por exemplo, o contribuinte precisa fazer uma consulta formal e esperar por muito tempo, meses, para que alguém responda", diz, acrescentando que, até essa resposta vir, o empresário fica sujeito a fazer a operação de forma errada e ser autuado.

A relação conturbada, avalia Ribeiro, é "um dos grandes problemas da burocracia brasileira". Ele lembra do dia em que precisou fazer uma consulta ao Fisco da Espanha. "Eu estava com um cliente e, diante da dúvida, ele disse: "Vamos ligar". Não acreditei que daria certo. Mas deu. Conversamos com o fiscal por telefone, ele falou o que achava sobre o assunto e disse que entraria em contato para confirmar. À tarde chegou um e-mail com toda a explicação do que deveria ser feito. A postura, em outros países, é de parceria. O Fisco ajuda o empresário a se desenvolver e ter sucesso para conseguir arrecadar mais."

- Gilberto Luiz do Amaral, do IBPT: "Temos o péssimo hábito de criar novas burocracias e não extinguir as antigas"

- Douglas Campanini, da Athros Auditoria e Consultoria: "Tem que ter uma atenção enorme. Um erro tributário pode colocara rentabilidade do negócio

ao vento"

- O tributarista Breno Vasconcelos, do InsperedaFGV:
"A gente tem um sistema marcado por complexidade,
insegurança e litigiosidade"

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186750

Conselho de Saúde pede lockdown



FOTOS: MARCOS VIEIRA/EM/D.A PRESS



Guilherme Peixoto

Para o Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte (CMS-BH), o lockdown é essencial para barrar a disseminação descontrolada da COVID-19 na capital mineira. Em carta enviada à secretaria municipal de Saúde, a entidade pede que o poder Executivo belo-horizontino adote, por duas semanas, confinamento com bases rígidas para pôr fim ao colapso que se abate sobre a rede de saúde. A ocupação das unidades de terapia intensiva (UTIs) destinadas aos infectados pelo coronavírus na rede privada de BH acima de 100% e no geral de 96,6%, além das enfermarias ocupadas (79,3%) e da taxa de

transmissão por infectado (1,26), preocupam o CMS-BH.

Com esse cenário, o conselho se reuniu e construiu o ofício com 14 recomendações para frear a doença. Ao Estado de Minas, a presidente da entidade, Carla Anunciatta, explica que recrudescer o isolamento é a única forma de aliviar a pressão sobre Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), hospitais e outras casas de saúde.

"O que a gente está vivendo - em Belo Horizonte, no estado e no país - é o aumento vertiginoso da transmissão do vírus, da lotação dos leitos de CTI e de enfermaria. Isso leva a um esgotamento do sistema de saúde. Desde o ano passado, a gente tenta evitar. Uma coisa é receber, em uma UPA, 100 pacientes em um dia; outra coisa é receber 500 pacientes em um mesmo dia", diz.

O CMS-BH também pede um plano de contingência para aliviar o número de atendimentos feitos pelos profissionais de saúde - abrindo espaço para casos que demandam assistência detalhada. Outra reivindicação é a ampliação do número de testes para a infecção. A dramática situação vivida por Belo Horizonte - espelho do cenário nacional - se reflete no crescimento da curva de resgates feitos pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Só de domingo a quarta, foram 405.

"Não tem leito, profissional e equipamento que dê conta. E não tem transporte. As ambulâncias do Samu têm tempo de desinfecção entre o transporte de pacientes", explica Carla, em menção aos protocolos sanitários necessários a cada atendimento das ambulâncias. Recentemente, a Prefeitura de BH aumentou, de cinco para sete, os pontos de sanitização dos veículos do Samu.

A cidade do prefeito Alexandre Kalil (PSD) está, assim como todo o estado, sob as mais duras regras do programa Minas Consciente. Apenas serviços essenciais estão permitidos e a Polícia Militar tem poder para controlar a circulação de pessoas. Das 20h às 5h, vigora toque de recolher.

RENDA BÁSICA O Conselho Municipal de Saúde reconhece que, para ter adesão, o lockdown precisa ser acompanhado de medidas de amparo econômico. O grupo defende a criação de um programa de renda básica para amparar a população vulnerável. O auxílio a empreendedores também é tido como etapa

fundamental.

Há os trabalhadores informais, os comerciantes e os pequenos e médios empresários. Essas pessoas precisam de um subsídio financeiro. Os comerciantes e empresários, além do subsídio, precisam de diminuição ou eliminação de **impostos**. Os trabalhadores informais, os desempregados e as famílias que ganham menos de R\$ 2 mil precisam de uma renda básica. E, também, de cestas básicas, pois os alimentos estão caríssimos. É lockdown com condições para que as pessoas fiquem em casa", pontua Carla Anunciatta.

A chefe do CMS-BH diz que o poder Executivo belo-horizontino busca formas de atenuar o caos. "A prefeitura e a Secretaria Municipal de Saúde estão fazendo o que têm que fazer, tentando abrir leitos e combater o caos. Mas, para conseguir diminuir a transmissão e a lotação, as pessoas têm que ficar em casa", insiste.

Os conselheiros também sugerem a paralisação do transporte coletivo. A grande movimentação de pessoas nos ônibus também preocupa a equipe de Kalil. Na semana passada, o prefeito anunciou estudo sobre o fluxo de pessoas nos prédios comerciais para entender se edifícios do tipo são responsáveis por manter os ônibus e os trens urbanos ainda cheios. "Sugerimos que os serviços essenciais possibilitem que os profissionais possam ir trabalhar sem pegar o transporte coletivo", sustenta Carla.

NEGACIONISMO Não é a primeira vez que o Conselho de Saúde de Belo Horizonte vai a público defender o lockdown. Em julho do ano passado, quando pontuou a necessidade de endurecer as restrições, a chefe da entidade sofreu até mesmo ameaças de morte. O caso foi parar na Delegacia de Crimes Cibernéticos da Polícia Civil, que apura as mensagens em tom intimidador. Apesar disso, Carla Anunciatta se mantém firme.

"Provavelmente, isso (as ameaças) vai acontecer de novo, mas não temo. Estamos pedindo a compreensão de todas as pessoas. Qualquer um de nós pode ser atingido por essa tragédia. São quase 3 mil mortes ao dia. Um absurdo Não é uma coisa que pode ser relativizada. As pessoas que atacam não têm o entendimento do que é lutar pela vida", enfatiza.

TOQUE DE RECOLHER

No segundo dia da vigência das regras de isolamento da onda roxa em Belo Horizonte, o que se viu é que a medida que impede circulação de pessoas entre as 20h e as 5h está sendo cumprida pela população. Com o movimento reduzido pelas medidas de restrição

de funcionamento apenas dos setores essenciais, foi possível ver movimento ontem por volta das 18h, com pessoas voltando para casa, com pontos de ônibus cheios e carros. Mas 2h40min depois as ruas estavam completamente vazias, como na Praça Sete (foto), na região Central da cidade. O toque de recolher está previsto para durar por 15 dias, como medida para reduzir os casos e mortes por COVID-19 em Minas.

SHOPPING INTERDITADO

A Guarda Municipal e fiscais da Prefeitura de Belo Horizonte interditaram ontem o Shopping Oiapoque, no hipercentro da capital. O local poderia funcionar por drive-thru, com entregas sendo feitas no estacionamento. Mas a norma foi descumprida, segundo a fiscalização. Desde 6 de março, somente serviços essenciais têm autorização para funcionar na cidade. Este é o quarto fechamento do comércio do município desde março de 2020, com o começo da pandemia. "Recebemos várias denúncias já há um tempo e estávamos monitorando. Até então, as ações foram educativas, mas nada tão grave quanto agora, porque o momento agora é mais grave", explicou Plínio Marques, gerente territorial de fiscalização da regional Centro Sul.

Site: <https://digital.em.com.br/flip-login/>

No mundo, alívio. No Brasil, calamidade - MERCADO S/A

KRISTOF VAN ACCOM/ AFP/BELGA - 27/1/20



“ Se falharmos no combate à pandemia, será por falta de sabedoria política”

■ Yuval Noah Harari,
historiador israelense e autor do best-seller global
“Sapiens: Uma breve história da humanidade”

GIL COHEN - MAGEN/AFP



JUNGYEON - LE/AFP - 4/4/19



AMAURI SEGALLA

Em Israel (foto), bares e restaurantes lotados. Nos Estados Unidos, competições como NBA aliviaram os protocolos de segurança e agora os atletas podem encontrar familiares. Na Nova Zelândia, a vida praticamente retomou à normalidade, com o pleno funcionamento de todas as atividades econômicas. No Reino Unido, o turismo dá sinais de vitalidade, e espera-se uma explosão dos programas de lazer a partir de abril. Sabe o que todos esses países têm em comum? A seriedade no combate ao coronavírus. Eles associaram o confinamento da população à rápida aplicação das vacinas. Agora, colhem os frutos de suas ações responsáveis. Enquanto isso, o Brasil continua fraquejando no combate à pandemia e os números da tragédia quebram recordes todos os dias. Até quando vamos suportar tantas calamidades? Gasta-se energia demais nas disputas políticas e nos ataques infames nas redes sociais. É hora de concentrar esforços para comprar vacinas. Vacinas já. Agora e imediatamente.

COMPUTADOR E CELULAR IMPORTADOS PAGARÃO MENOS IMPOSTOS

Uma boa medida para estimular o consumo: a partir da próxima semana, bens de capital (máquinas e equipamentos usados na produção) e itens de informática (computadores e smartphones) (foto) comprados no exterior pagarão 10% a menos de imposto de importação para entrar no país. A iniciativa partiu da Câmara

de Comércio Exterior do Ministério da Economia (Camex). Ao todo, 1.495 produtos se enquadram nas novas regras. Um laptop importado, por exemplo, terá sua alíquota reduzida de 16% para 14,4%.

SUPERMERCADOS FATURAM COM VENDAS DIGITAIS

Poucas áreas de negócios são tão promissoras quanto o varejo on-line de alimentos. Segundo estudo da consultoria Euromonitor a partir de dados do IBGE, o mercado digital de itens de supermercados movimentava no Brasil R\$ 7 bilhões por ano, ou 5% das vendas totais do comércio eletrônico. Para a Euromonitor, o potencial é imenso: até 2025, o segmento deverá responder por 14% do e-commerce brasileiro. Nos Estados Unidos, o varejo on-line de alimentos detém 15% de todas as vendas digitais.

GOOGLE DESDENHA DO HOME OFFICE

Apesar de pesquisas indicarem que o trabalho remoto trouxe bons resultados para empresas e funcionários, nem todos estão dispostos a adotá-lo. No Google, o home office definitivo está longe de se tornar uma realidade. A empresa anunciou que investirá US\$ 7 bilhões para expandir seus espaços físicos e construir novos data centers nos Estados Unidos. Além disso, deverá contratar 10 mil funcionários ao longo de 2021. Tudo para se preparar para a retomada econômica nos Estados Unidos.

3,3% é quanto deverá crescer o **PIB** do Brasil em 2021, segundo estimativa da agência de classificação de risco Fitch. Na projeção anterior, a empresa indicava um avanço menor, de 3,1%

RAPIDINHAS

A Arcos Dorados, franquia que opera a rede McDonald's na América Latina, incluirá indicadores ESG (em português, ambiental, social e de governança) na política de remuneração de seus executivos. A medida, diz a companhia, tem o objetivo de estimular o cumprimento de normas sociais e ambientais.

A Brazil Quantum e a gigante de papel e celulose Klabin vão fazer o primeiro projeto industrial do país na área de computação quântica. O trabalho consistirá em um estudo de um problema real, utilizando técnicas de computação quântica para solucioná-lo. Vinte candidatos se inscreveram para concorrer a duas vagas de estágio no projeto.

O embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, participa hoje da live "Novas oportunidades para a cooperação entre Brasil e China", promovida pelo IREE, do advogado Walfrido Warde. Ele estará ao lado do secretário da Fazenda de São Paulo, Henrique Meirelles, e do presidente do Instituto Pensar Agro, Nilson Leitão.

A coluna recebeu o seguinte **comunicado**:

"Em virtude de nota publicada neste espaço, as empresas Aster Distribuidora e Copape Formuladora esclarecem que desconhecem quaisquer iniciativas formais da parte das autoridades. Além disso, como toda empresa que atua em setor regulado, ambas são totalmente transparentes perante sua governança."

Site: <https://digital.em.com.br/flip-login/>

O escândalo dos vetos (3)

A Constituição confere ao presidente da República o poder de vetar, integral ou parcialmente, um projeto de lei aprovado pelo Congresso, que considere ser inconstitucional ou contrário ao interesse público. Esse importante controle está sendo, no entanto, frequentemente subvertido pelo presidente Jair Bolsonaro, como se viu no dia 17 de março, numa demonstração de descaso com a Constituição e com o interesse público.

A manobra se dá da seguinte forma. Jair Bolsonaro apõe vetos a projetos de lei, mas depois, na apreciação desses vetos pelo Congresso, não apenas libera muitas vezes a base governista para derrubá-los, como às vezes trabalha ativamente para restabelecer dispositivos que ele mesmo vetou.

Surgem, então, as perguntas.

A inconstitucionalidade que antes motivava o veto sumiu por passe de mágica? E a defesa do interesse público, alegado fundamento de muitos vetos, foi esquecida no caminho?

Um exemplo da manobra são dois vetos derrubados, com aval do presidente Jair Bolsonaro, no dia 17 de março, referentes a dívidas fiscais e previdenciárias de igrejas. Em setembro de 2020, o Congresso aprovou duas medidas que, em plena crise fiscal, conferiram uma bilionária ajuda para as igrejas. Segundo cálculos do próprio governo, essa ajuda deve representar, nos próximos quatro anos, um custo aos cofres públicos de R\$ 1,4 bilhão, em renúncia fiscal.

O projeto de lei aprovado por deputados e senadores estendeu equivocada e escandalosamente a imunidade constitucional das igrejas ("é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir **impostos** sobre templos de qualquer culto") à cobrança da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Além disso, perdoou dívidas de igrejas relativas a essa contribuição.

O segundo dispositivo aprovado pelo Congresso anistiou multas e outras cobranças de natureza previdenciária aplicadas sobre a prebenda, como é chamada a remuneração de pastores e líderes do ministério religioso.

É de estranhar, em primeiro lugar, que entidades "religiosas" façam distribuição de lucro, o que a rigor deveria levar a um questionamento se essas entidades fazem jus à imunidade tributária prevista na

Constituição.

O problema, no entanto, é ainda mais grave. Nos últimos anos, a **Receita Federal** identificou manobras de igrejas para distribuir lucros e remuneração variável de acordo com o número de fiéis sem o devido pagamento das contribuições sociais, como a CSLL. Daí nasceram as dívidas para as quais as igrejas almejam o perdão - e a futura e irrestrita isenção.

Ao vetar os dois dispositivos em setembro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que não houve a devida compensação fiscal, o que poderia configurar crime de responsabilidade caso sancionasse as medidas.

No entanto, no mesmo dia em que os vetos foram anunciados, Jair Bolsonaro escreveu em uma rede social: "Confesso, caso fosse deputado ou senador, por ocasião da análise do veto que deve ocorrer até outubro, votaria pela derrubada do mesmo".

Ou seja, Jair Bolsonaro deixava claro que seu comportamento não atendia a fins constitucionais ou ao interesse público.

Sua paradoxal atuação tinha tão somente o objetivo de buscar a irresponsabilidade jurídica - não lhe ser imputado crime de responsabilidade - e política - caso fosse parlamentar, votaria pela derrubada do veto mesmo sabendo que o veto simplesmente cumpria normas orçamentário-financeiras, ou seja, seguia apoiando essas igrejas e os interesses financeiros de suas lideranças.

Nesse diapasão, no dia 17 de março, foi derrubada à balaiada uma longa série de vetos, que, além das igrejas, envolviam Lei de Falências, Código de Trânsito, Programa Casa Verde e Amarela e Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust), entre outros. Esse modo de atuar de Jair Bolsonaro, trabalhando pela derrubada de seus próprios atos, é a perversão da política. Em vez de assumir sua competência constitucional e a correspondente responsabilidade, Bolsonaro deseja isentar-se dos deveres politicamente custosos. A conta vai, uma vez mais, para o cidadão.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para economistas, governo tem de focar nas vacinas

Vinicius Neder

A piora da pandemia de covid-19 neste início de ano exigirá novas medidas, com mais gastos por parte do governo federal, e levará ao aumento do rombo nas contas públicas. No curto prazo, o foco da ação do governo deveria ser a aceleração da vacinação, disseram três economistas de diferentes correntes teóricas, em debate ontem promovido pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), em parceria com o Estadão. O resultado é um aumento da dívida pública. A busca pelo equilíbrio das contas poderá ficar para depois, e o aumento de **impostos** está no radar.

No curto prazo, os economistas reconheceram a importância de uma nova rodada do auxílio emergencial. Para o economista Manoel Pires, coordenador do Observatório Fiscal do Ibre/FGV, o debate sobre a reedição da medida, por meio da PEC emergencial, errou ao ser travado em torno de possíveis cortes de despesas, para compensar o gasto adicional. "É muito difícil fazer ajuste de curtíssimo prazo da ordem de grandeza das medidas necessárias (diante do recrudescimento da pandemia)", disse Pires, um dos participantes do seminário online Os Caminhos da Política Fiscal.

O limite de R\$ 44 bilhões para a nova rodada do auxílio emergencial foi criticado pela economista Laura Carvalho, professora e pesquisadora do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da USP. Segundo ela, o valor equivale a 15% do gasto com a transferência de renda temporária no ano passado.

No médio prazo, Pires chamou a atenção para o fato de a PEC emergencial trazer em si uma "reancoragem" da política fiscal com mudanças nas regras que exigem ajuste de contas.

Mas para Fábio Giambiagi, economista do BNDES, o aumento de **impostos** não pode ser descartado.

Conforme o especialista em Previdência e contas públicas, entre 2011 e 2021, haverá uma redução da receita bruta federal da ordem de 2% do **PIB**. Nesse quadro, para o economista, será impossível, de 2023 em diante, fazer um ajuste que busque o equilíbrio das contas públicas apenas pelo corte de despesas.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Economia diz que não se opõe a projeto apoiado por Michelle



Monocular. Paulo Guedes, Luísa e Amália, apoio ao projeto

Idiana Tomazelli, Anne Warth

O Ministério da Economia afirmou ontem que não se opõe à sanção do projeto de lei que declara a visão monocular (cegueira de um dos olhos) como deficiência para todos os efeitos legais.

A pasta, responsável pela política fiscal do governo, divulgou nota para "esclarecer" que a proposta "não envolve renúncia de receita". Reportagem do "Estadão/Broadcast" mostrou, porém, que o texto pode turbinar as despesas em ao menos R\$ 5 bilhões. Não houve na reportagem menção a renúncias de tributos.

"O Ministério da Economia esclarece que o PL 1615/2019, que classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual, não envolve renúncia de receita. O Ministério reafirma manifestação encaminhada no dia 17 de março de 2021 à Secretaria-Geral da Presidência da República pela qual expressa seu posicionamento como nada a opor à sanção do projeto", diz a nota da pasta.

Como revelou o Estadão/ Broadcast, o projeto foi aprovado no Senado e na Câmara e conta com o apoio da primeira-dama Michelle Bolsonaro, mas pode se tornar uma bomba fiscal a explodir no colo do governo e dar margem até mesmo para a abertura de um processo de impeachment.

O texto, que aguarda a sanção presidencial, abre

caminho para que essas pessoas peçam o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda no valor de um salário mínimo por mês - R\$ 1,1 mil. Em análises preliminares, técnicos do governo estimam que cerca de 400 mil pessoas com visão monocular se encaixam nos critérios de renda do BPC e poderão se habilitar caso a proposta seja sancionada, a um custo de pelo menos R\$ 5 bilhões ao ano, segundo apuração da reportagem.

O rombo pode ser ainda maior porque o levantamento considera o critério formal para a concessão do BPC: renda de até um quarto de salário mínimo por pessoa, ou atuais R\$ 275.

Mas o benefício é um dos mais judicializados, e é comum brasileiros com renda superior, de até meio salário (R\$ 550), conseguirem a ajuda. Além disso, a sanção do projeto poderia ter impacto na aposentadoria de pessoas com deficiência, que tem regras mais brandas do que para trabalhadores em geral.

Crime de responsabilidade. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) prevê que a criação de uma despesa obrigatória venha acompanhada de uma redução permanente em outro gasto ou então de uma elevação permanente de receitas (com criação ou aumento de tributo). A emenda constitucional do teto de gastos, que limita o avanço das despesas à **inflação**, exige estimativas de impacto orçamentário e financeiro para propostas que criem despesa obrigatória ou concedam renúncias. O respeito ao teto também demandaria o corte de outra despesa, no caso de maior gasto com BPC. Nenhum desses dispositivos foi observado na tramitação do projeto.

Caso o presidente Jair Bolsonaro decida sancionar a lei, o ato pode ser enquadrado como crime de responsabilidade, dando base a um processo de impeachment.

Ele tem até o próximo dia 23 para tomar uma decisão.

Em fevereiro, antes da aprovação do texto pela Câmara, Michelle convidou Amália Barros, uma das principais lideranças monoculares e que mais trabalhou pela lei, para jantar no Palácio da Alvorada. Depois do encontro, o casal posou para fotos cobrindo

um dos olhos - um dos símbolos da campanha dos monoculares.

Agora, o presidente liberou a primeira-dama para tentar convencer os ministros a não se posicionarem contra o texto.

A articulação tem surtido efeito. Defensor de medidas fiscais, o ministro da Economia, Paulo Guedes, posou na semana passada para foto cobrindo um dos olhos ao lado de Amália, da deputada Luísa Canziani (PTB-PR), que relatou a proposta na Câmara, e da deputada Flávia Arruda (PL-DF), presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O Estadão/Broadcast mostrou ainda que o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, tem dado sinalizações de que o reconhecimento da visão monocular como deficiência não significa direito automático ao BPC e, por isso, seu impacto não é imediato nem certo. Esse entendimento abriria o caminho para a sanção do projeto, sem que Bolsonaro cometesse crime ou precisasse se indispor com um grupo respaldado pela primeira-dama.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

- **Os elegíveis ao BPC**

400 mil

pessoas com visão monocular se encaixam nos critérios de renda do BPC, a um custo anual de pelo menos R\$ 5 bilhões

.....

Em lockdown, restaurantes negociam alívio

Adriana Mattos De São Paulo

Empresas do setor de serviços, já duramente afetadas pelo fechamento das atividades após a piora da pandemia, contam com a prorrogação da carência de linhas de apoio ao setor e a reedição da medida de redução de salários para evitar nova onda de encerramento dos negócios, como em 2020. Mas as condições de financiamento dessas linhas do governo devem piorar, encarecendo a dívida.

No ano passado, 180 mil empregados formais de bares e restaurantes foram demitidos após a pandemia. Uma em cada três empresas fechou o negócio ou ainda não voltou a operar e pode encerrar de forma definitiva, diz associação regional do setor. As empresas ainda lidam com negociações de reajustes de contrato de locação de até 28% e de pagamento dos **impostos** de início de ano.

Essa pressão aumenta agora porque a carência para pagamento das linhas do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) acaba neste mês e a receita de vendas recuou bruscamente com a volta do "lockdown" em certos estados.

Houve extensão na carência por mais três meses, como anunciado pelo governo no começo do mês, terminando o prazo, portanto, em junho. Só que na visão de empresários e entidades, ainda é um período curto. Por conta desse cenário, já está em discussão no Senado a extensão por mais três meses.

"A ampliação da carência [para setembro] já está sendo trazida num projeto de lei da senadora Katia Abreu (PP-TO), e a expectativa é de aprovação. Esperamos que isso seja votado nos próximos dias, para então o assunto voltar à Câmara. O problema é que, enquanto isso, o setor está parado", diz Paulo Solmucci, presidente da Abrasel, associação do setor.

Também há uma discussão para liberar uma nova linha de recursos no Pronampe, de R\$ 5,8 bilhões. A mudança beneficiaria todos os segmentos, inclusive serviços. Desse total, R\$ 2 bilhões é uma "sobra" do programa de 2020 e R\$ 3,8 bilhões são novos recursos, já negociados com o governo, diz a entidade.

O programa foi criado em maio de 2020 como forma de dar liquidez aos pequenos negócios, e o setor foi um dos que mais acessou as linhas nos bancos,

segundo o Ministério da Economia. Ao todo, nas três fases do programa, foram emprestados R\$ 37,5 bilhões a 517 mil empresários de diferentes segmentos, por meio de 18 bancos habilitados.

O Pronampe permitiu ao empresário obter até 30% do faturamento em empréstimo, com pagamento em 36 vezes e juros anuais de até 1,25% mais taxa Selic. Mas a taxa e os prazos devem subir na reedição do programa.

"Nas novas linhas, as condições de financiamento pioraram, com juros de até 6% mais Selic. Não são boas, mas são linhas sem garantias, então acho que todo mundo tem que ceder um pouco", disse Fernando Blower, diretor-executivo da Associação Nacional dos Restaurantes (ANR). O prazo, de 36 meses, deve ir a 46 meses, caso o projeto de lei seja aprovado.

Pesquisas mostram situação crítica dos bares e restaurantes, principalmente em São Paulo. A Abrasel de São Paulo calcula que apenas em 2026 o setor chegará ao mesmo patamar de faturamento anterior à covid. "Serão cinco anos para voltarmos àquele nível", diz Percival Maricato, presidente da Abrasel-SP. Com base em informações de associados, a entidade calcula que 30% das empresas tenham fechado até o momento no Estado.

Segundo um empresário do setor, com 200 restaurantes e seis marcas no país, "a praça de São Paulo é uma das mais fracas, por conta do efeito do home office".

Levantamento da Abrasel nacional, feito em fevereiro, mostra que 72% dos estabelecimentos em São Paulo operavam no prejuízo naquele momento, versus 60% no resto do país.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186750

Dólar abre em forte queda em reação ao Copom, mas se recupera e fecha a R\$ 5,57

A queda nos preços do petróleo e o cenário externo pesaram na Bolsa brasileira nesta quinta-feira (18), que encerrou o pregão em queda de 1,47%, aos 114.835 pontos. O volume financeiro da sessão somou R\$ 32,3 bilhões.

O petróleo Brent recuou 7,62%, para US\$ 62,82. Foi o quinto dia consecutivo de queda. No exterior, os índices americanos S P 500, Dow Jones e Nasdaq encerraram a sessão com quedas de 1,48%, 0,46% e 3,02%, respectivamente.

As ações da Petrobras caíram 3,49% (preferenciais, sem direito a voto) e 2,83% (ordinárias, com direito a voto), contaminadas pelo forte declínio dos preços do petróleo.

O cenário externo ofuscou a repercussão positiva no mercado para a decisão do Banco Central, que elevou a Selic (taxa básica de juros) na véspera pela primeira vez em quase seis anos, para 2,75% ante 2%.

O juro para setembro de 2021 subiu de 3,675%, na véspera, para 4,015%. O juro para 2029, no entanto, recuou de 8,325% para 8,21%.

A curva longa de juros futuros também reagiu à alta da Selic pelo BC. Os juros futuros são taxas de juros esperadas pelo mercado nos próximos meses e anos. São a principal referência para o custo de empréstimos que são liberados atualmente, mas cuja quitação ocorrerá no futuro.

O dólar, por sua vez, caiu 0,34%, a R\$ 5,5670. No exterior, a moeda foi às máximas do dia com os rendimentos dos Treasuries, títulos do Tesouro dos EUA, que no vencimento de dez anos superaram 1,75% e bateram máximas em 14 meses. Esse movimento aumentou a pressão sobre ativos de risco e acabou tirando fôlego do real, que vinha em alta mais acentuada com a repercussão ao Copom.

Na abertura, o dólar recuou 1,48%, para R\$5,5030.

"Se a gente isolar Brasil, a tendência é o real se valorizar", disse Helena Veronese, economista-chefe na Azimut Brasil Wealth Management. "Mas as variáveis mais importantes para o câmbio aqui são a instabilidade da política fiscal e o movimento dos juros no mundo."

De toda forma, o mercado reagiu bem à sinalização do Copom de uma posição mais dura em relação à **inflação**.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/bsp/>

País vai quieto para o matadouro - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

No dia mais sombrio da epidemia no Reino Unido, soube-se da morte de 1.253 pessoas. Quer dizer mais de 18 britânicos mortos por milhão de habitantes do país. No Brasil, seria 0 equivalente a 3.913 mortes, considerada apenas a diferença de tamanho da população, sem outros ajustes estatísticos. O Reino Unido levou mais de 20 dias para reduzir o número de mortes diário à metade.

No Brasil de agora, anotamos nas nossas lápides mais de 2.000 mortos por dia. Isto é, mais de 9 mortos por milhão de habitantes (na média móvel de sete dias). Algo menos que os picos da Alemanha em janeiro, da Espanha em fevereiro ou da França em novembro. Esses países levaram mais de um mês para reduzir o morticínio à metade. Isso porque, mal ou bem, têm governo. E aqui?

Por sabotagem de Jair Bolsonaro, pela pobreza, pela desigualdade ou por diferenças na interação social, as medidas de restrição tendem a funcionar menos. Mesmo se a onda de mortes diminuísse como nos grandes países europeus, ainda feríamos mil mortes por dia em meados de abril. Mas o Brasil nem sabe se chegou ao pico do monte diário de cadáveres. No presente ritmo da epidemia e pelo número de leitos por ora disponível, não haverá mais UTIs em uns dez dias, antes do fim de março.

O clamor do desastre era alto nesta quinta-feira (18). Os remédios necessários para intubar os doentes estariam para acabar em 20 dias, noticiou Mônica Bergamo nesta Folha. Associações de prefeitos, de secretários da Saúde, de hospitais privados, de farmacêuticos ou de médicos intensivistas avisavam do colapso dentro do colapso. A cidade de São Paulo vai praticamente parar na segunda quinzena de março, pelo menos (a economia paulistana faz 11% do **PIB** do país).

O Brasil vai para o matadouro bolsonariano quase em silêncio político, sem reação maior de sua elite. Os governadores tentam administrara crise, na ausência de governo federal, isso quando não têm de se defender na guerra civil midiática promovida por Jair Bolsonaro. Os estados tentam articular uma vaga e frágil tentativa de coordenação nacional. Mas parece haver um acordo para evitar o confronto com o

genocida.

As lideranças do Congresso estão à beira de se transformar em cúmplices de Bolsonaro. Os presidentes de Câmara e Senado contemporizam e querem manter de pé o acordão que os colocou nos comandos do Parlamento.

Rodrigo Pacheco (DEM-MG), do Senado, fez declaração protocolar de interesse de agir: "Sentará mesa, planejar e agir o mais rapidamente possível. Isso é fundamental! A situação crítica do Brasil exige a coordenação do presidente da República, ações do Ministério da Saúde e toda a colaboração dos demais Poderes, governadores, prefeitos e instituições"

Arthur Lira (PPAL), da Câmara, menos do que isso: "Os brasileiros precisam ter esse conforto, e nós precisamos evitar essa agonia e esse vexame internacional... Então nós temos, sim, que nos unir sem estar apontando justamente culpados".

Isso é conversa fiada.

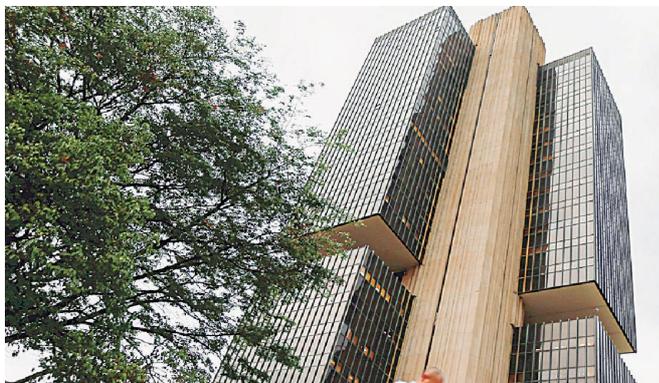
Parece que o apoio restante a Bolsonaro, 30% do povo, serve de baliza para justificar a contemporização oportunista com a morte, ao menos na política de governistas, agregados ou cúmplices. O possível efeito de uma convulsão política na economia, a fora os colaboracionismos animados, parece o motivo do imobilismo da elite econômica. A morte tem um preço que, parece, vale pagar.

Não é fácil entender os motivos da apatia ou da cumplicidade. Mas era certo que, neste 18 de março de 2021, o Brasil se dirigia quase sem reação para o abatedouro de Bolsonaro.

Vinicius Torres Freire, Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA) vinicius.torres@grupofolha.com.br

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Taxa de juros provoca reação de Arthur Lira



Um dia depois de o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) aumentar a taxa básica de juros, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu uma revisão da Selic para que o Brasil tenha uma rota de crescimento mais previsível.

O Copom decidiu elevar a taxa básica em 0,75 ponto percentual, para 2,75%, em resposta a pressões inflacionárias.

Lira participou na manhã de ontem de videoconferência com o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. A transmissão foi promovida pelo Conjur, site especializado na cobertura das áreas de direito e Justiça.

Investimentos O presidente da Câmara defendeu projetos já aprovados que buscam destravar investimentos no país. Entre eles, estão o marco legal do gás, enviado à sanção na madrugada de quarta-feira, e a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Emergencial, que destrava a nova rodada de auxílio emergencial.

O governo, contudo, ainda não enviou ao Congresso a MP (medida provisória) que detalha critérios para concessão do benefício.

Segundo Lira, essas são propostas que dão uma sinalização forte para os investidores sobre a firme intenção do governo em apoiar a economia. "Nós precisamos de investimentos para não entrar naquela volatilidade, e também para que o país não tenha a maior dívida mundial mesmo com a sua menor taxa de juros", afirmou.

"É incompreensível." Lira não detalhou qual indicador de dívida tomou como referência.

Segundo o monitor fiscal do FMI (Fundo Monetário Internacional), em uma lista referente a 2021, o Brasil

tinha uma dívida bruta equivalente a 102,76% do **PIB** (Produto Interno Bruto). Grécia tinha um percentual de 200,53% e o Japão, 263,97 %.

Lira fez uma analogia entre tomar um empréstimo e emitir dívida pública no momento de fragilidade financeira - caso atual do Brasil, que têm alto déficit público e precisa fazer ajustes fiscais.

"Se você é um banco e um cliente quer pegar um dinheiro, e se aquele cliente não está com as contas em ordem, você não vai emprestar dinheiro a juro baixo para ele", afirmou.

"Então, o Brasil precisa, paulatinamente, rever a questão dos juros." Endividado Em outro momento da conversa, voltou a afirmar não ter dúvidas de que o Brasil é o país mais endividado do mundo, e que a taxa de juros, por isso, precisa mesmo ser revista.

"Com mais intensidade ou menos intensidade, o Banco Central vai avaliar para que a gente possa ter um equilíbrio na correlação do dólar que entra e do dólar que sai do Brasil, o que possibilita crescimento mais previsível", disse.

A intensidade do aumento de juros pegou muitos analistas de surpresa.

A maior parte dos economistas consultados pela Bloomberg esperava elevação de 0,5 ponto.

SAIBA MAIS » A escalada persistente dos preços, observada nos últimos meses, levou o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central a elevar a taxa básica de juros (Selic) em 0,75 ponto percentual, a 2,75% ao ano, na quarta-feira (17).

» A Selic estava em seu menor patamar desde agosto do ano passado, a 2% ao ano, como resposta à crise gerada pela pandemia de Covid-19.

A decisão de aumentar os juros em 0,75 ponto percentual surpreendeu porque veio acima das expectativas do mercado.

Reforma administrativa

O Comitê de Política Monetária (Copom) justificou que os indicadores recentes de atividade econômica mostram recuperação da economia e que as expectativas de **inflação** foram revisadas para cima.

Segundo o texto, uma alta mais acentuada da taxa de juros reduz a probabilidade de que a meta não seja cumprida este ano.

Primeira desde 2015 Foi a primeira alta desde julho de 2015, quando a autoridade monetária decidiu subir os juros em 0,5 ponto, a 14,25% ao ano.

O presidente da Câmara, Arthur Lira, disse, ainda, que na próxima semana deve ser discutida a admissibilidade da reforma administrativa, que promove mudanças na estrutura do serviço público, e que o relatório da **reforma tributária** deve ser lido nos próximos dias.

Sobre a medida provisória que abre caminho para a capitalização da Eletrobras, Lira indicou que o texto pode caminhar um pouco mais para a frente, "ser mais arriscada ou ser conservadora".

"Mas é a privatização de um sistema importante que tem que ser discutida com muita tranquilidade, mas com firmeza na Casa", continuou ele.

A privatização da Eletrobras encontra resistências mesmo entre os grupos aliados do presidente no Congresso.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-a67210a0de5d667351146650318c2a2e.pdf

Dá de comer, recado ao governo - FLÁVIA OLIVEIRA

FLÁVIA OLIVEIRA

O Brasil chega ao momento mais grave, dramático, letal da pandemia da Co-vid-19 sem ter conseguido nem sequer padronizar os sinais de orientação à população. Na falta da articulação do Ministério da Saúde-nunca é demais repetir quanto a liderança positiva da União salvaria vidas -, governadores e prefeitos trilham caminhos próprios. E muito confundem, infelizmente. No Rio Grande Sul, bandeira preta indica a gravidade; em Minas Gerais, a cor é roxa; em São Paulo, vermelha, assim como no Rio de Janeiro e na Bahia. São indicadores de importância secundária, em princípio. Mas a profusão de cores evidencia a Babel de avaliações e a dificuldade do país em ter um norte no enfrentamento à pandemia. E caminhar na direção dele.

A responsabilidade maior pelo infortúnio é do presidente da República, que, com prepostos na pasta da Saúde, orienta os descaminhos no combate ao coronavírus: da sabotagem às medidas de isolamento e distanciamento social à resistência ao uso de máscaras, da indicação de medicamentos ineficazes à desqualificação de vacinas. Um ano de pandemia ensinou ao planeta que políticos responsáveis são capazes de aliviar a dor dos compatriotas, evitar mortes, preservar atividade econômica e empregos. Portugal é o exemplo recente mais festejado. Era o pior da Europa em número de casos, em um mês de lockdown, passou a terceiro melhor. O total de óbitos diários caiu de 303 no fim de janeiro para 15 anteontem. Sem o negacionismo de Donald Trump, o cenário também vem melhorando nos EUA. O plano de imunização do democrata Joe Biden bateu a meta de cem milhões de americanos vacinados em 50 dias, metade do prazo prometido na posse.

O Brasil, enquanto isso, se equilibra entre dois ministros da Saúde: o general Eduardo Pazuello, que não saiu; e o cardiologista Marcelo Queiroga, que oficialmente não entrou. E conta corpos. E acumula casos da doença. E assiste perplexo ao esgotamento do sistema da saúde. A Fiocruz identificou mais de 80% de ocupação de leitos de UTI Covid em 24 estados e no Distrito Federal; em 25 das 27 capitais. São números que explicam por que a entidade classificou o atual estágio da pandemia como "o maior colapso sanitário e hospitalar da História do Brasil".

Jair Bolsonaro já está pagando a conta em queda de popularidade. O último Datafolha foi claríssimo; a mobilização nas milícias digitais com ataques em todas as direções, também. Mais da metade dos brasileiros (54%) considera a gestão da crise sanitária ruim ou péssima; 43% responsabilizam o presidente pela fase aguda da pandemia. Mais de 285 mil brasileiros perderam a vida, e o ritmo atual de mortes é o maior do mundo. A resistência do mandatário e de seus aliados às medidas de restrição fizeram do país uma área de livre circulação do coronavírus, agora em cepas ainda mais transmissíveis.

O auxílio emergencial foi suspenso na virada do ano e volta em abril. Emagrecido. O programa começou, no ano passado, com R\$ 600-R\$ 1.200 por cinco meses, passou a R\$ 300-R\$ 600 por três, voltará em faixas de R\$ 150, R\$ 250 e R\$ 375 até junho. Perdeu valor nominal, enquanto a **inflação** dos alimentos dos supermercados e feiras saltou 19,42% em 12 meses, segundo o IPCA. O custo da cesta básica, apurado pelo Dieese em 17 capitais, varia de R\$ 445,90 (Aracaju) a R\$ 639,81 (Florianópolis).

O governo brasileiro não quer - ou é incapaz de - entender que transferência de renda é medida para conter a vulnerabilidade social, mas também apoiar o isolamento e, assim, deter a transmissão do vírus. O desemprego é recorde -mais de 13 milhões de brasileiros-e mais dramático entre os trabalhadores informais. A fome avança. Sem dinheiro, a população sai às ruas. O IBGE já tinha identificado, entre 2017-18, que um terço dos lares brasileiros (36,7%) enfrentava algum nível de insegurança alimentar. A pandemia agravou o problema. Pesquisa do instituto DataFavela mostrou que, neste início de ano, a alimentação piorou para sete em cada dez moradores de comunidades; nas duas últimas semanas, dois terços ficaram sem dinheiro para comer por ao menos um dia; oito em dez dependem de doações.

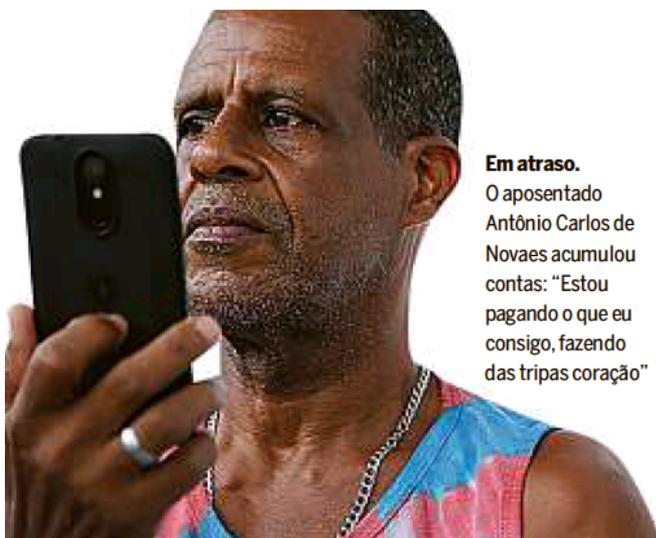
Por causa disso, organizações sociais e comunitárias reeditaram ações de arrecadação de recursos para compra e distribuição de kits de alimentos, itens de higiene e limpeza. Campanhas como Prato da Comunidade, do jornal "Voz das Comunidades", e Mães de Favela, da Cufa, foram reativadas. A Coalizão Negra por Direitos - com uma legião de parceiros, da Anistia Internacional à Oxfam, da Redes da Maré ao 342 Artes e ao Instituto Ethos - lançou a

ação "Tem gente com fome", para apoiar 222.895 famílias nas cinco regiões. A sociedade civil responde às demandas brasileiras com diagnóstico preciso, iniciativas rápidas e eficientes. Dá de comer, como ensinou o poeta pernambucano Solano Trindade em verso que batiza a campanha. E dá aula a governantes tão arrogantes quanto incompetentes.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>



Alta de juros deve elevar mais a inadimplência



Em atraso.

O aposentado Antônio Carlos de Novaes acumulou contas: "Estou pagando o que eu consigo, fazendo das tripas coração"

CAROLINA NALIN, (Colaborou Bernardo Yoneshigue, estagiário, sob a supervisão de Danielle Nogueira)

A elevação dos juros pelo Banco Central na quarta-feira, de 2% para 2,75% ao ano, vai comprimir ainda mais o orçamento das famílias, já afetado pelo desemprego elevado, a **inflação** crescente e a demora na retomada do auxílio emergencial. A inadimplência, que voltou a subir em janeiro depois de meses de queda, deve aumentar, alertam especialistas.

Pesquisa da Serasa mostra que 61,7 milhões de brasileiros tinham dívidas em atraso em janeiro, contra 61,4 milhões em dezembro. Foi a primeira alta após oito meses de queda.

Segundo dados do Banco Central, a inadimplência voltou a subir e atingiu 2,89% em janeiro, também depois de oito meses de queda. Entre abril e dezembro do ano passado, o indicador recuou de 4,07% para 2,85%.

CONTAS BÁSICAS E BANCOS

A Serasa aponta ainda que o atraso no pagamento de serviços básicos recuou de 23,6% em dezembro para 22,7% em janeiro, enquanto o endividamento com bancos passou de 27,3% para 28,2% no período.

O assistente administrativo Thyago Neves, de 35 anos, recorreu a um empréstimo bancário em dezembro para conseguir pagar as contas do mês: - Como está tudo muito caro, você acaba dando

prioridade às coisas essenciais e, conforme vai tendo a necessidade, pega dinheiro emprestado com banco, cartão de crédito, cheque especial, para tentar não deixar de pagar as contas.

Já Antônio Carlos de Novaes, de 61 anos, está há três meses sem pagar a conta do celular. Aposentado, ele complementava a renda trabalhando como porteiro de um barracão na Cidade do Samba, mas perdeu o emprego na pandemia: - Estou pagando o que eu consigo, fazendo das tripas coração, tentando resolver. Deixei a conta de telefone atrasar e agora estou tentando pagar, mas está tudo muito difícil. Estou na expectativa de que melhore, mas, pelo andar da carruagem, está complicado.

Novaes evita recorrer ao crédito consignado porque, sem a renda complementar, o desconto no benefício, que é feito na fonte, vai fazer falta.

VENCIMENTO DE DÍVIDAS

Fábio Bentes, economista da Confederação Nacional do Comércio (CNC), lembra que o comprometimento da renda das famílias com dívidas atingiu 21,5% em dezembro, recorde da série histórica do BC, iniciada em 2005. Esse indicador, diz, deve subir mais neste semestre, tendo por efeitos o freio do consumo e o baixo crescimento econômico: -O primeiro trimestre já é um momento de pressão no orçamento das famílias pelo componente sazonal e, na ausência do auxílio, não descartaria que o comprometimento com dívidas atinja 30% da renda dos brasileiros. No segundo trimestre, vamos ter o benefício, mas com efeito menor e num ambiente de **inflação** alta e juros em nível mais elevado.

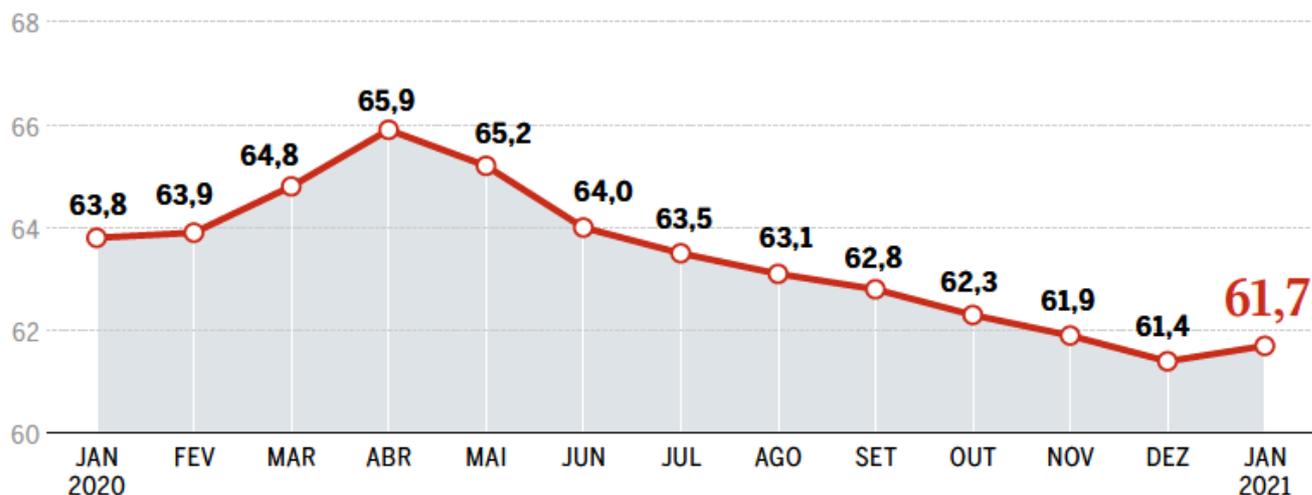
Isabela Tavares, economista da Tendências Consultoria, ressalta que a elevação dos juros, somada ao agravamento da pandemia, dificulta a retomada do mercado de trabalho, e o resultado é o aumento dos calotes. A consultoria estima que a inadimplência da pessoa física chegará a 4,9% este ano, após encerrar 2020 em 4,2%.

-As dívidas renegociadas ao longo do ano passado foram jogadas para frente, e agora a proximidade dos prazos de pagamento com novas renegociações, não tão fáceis, começam a pressionar. A situação financeira fica mais delicada.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

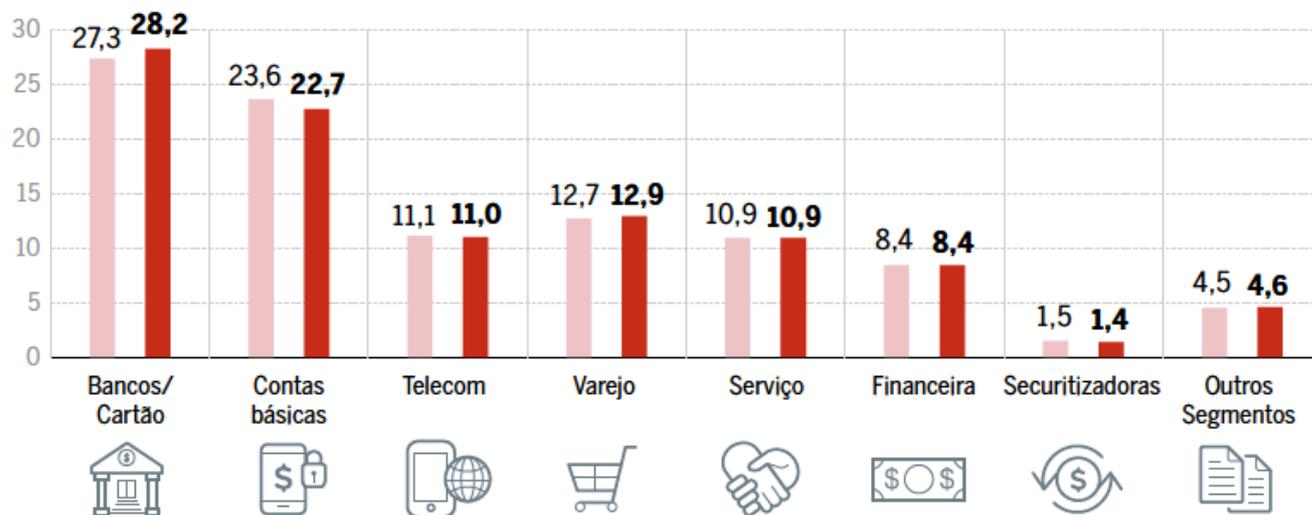
AUMENTO NAS CONTAS SEM PAGAR

Número de inadimplentes (em milhões)



Inadimplência por tipo de serviço (em %)

EM DEZEMBRO DE 2020 EM JANEIRO DE 2021



Fonte: Serasa Experian

Editoria de Arte

Saúde é motor para PIB no século XXI, diz pesquisador



Gadelha, da Fiocruz: Se no século passado se falava em petróleo, neste século vai se falar de "quarta revolução tecnológica" no complexo industrial da saúde

Lucianne Carneiro

Coordenador de prospecção e líder do grupo de pesquisa Desenvolvimento e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Carlos Grabois Gadelha afirma que a saúde é uma das principais forças para o crescimento da economia neste século - como foram o petróleo, a indústria automobilística e o aço no passado - e que a pandemia mostrou que os países que não investirem em saúde ficarão vulneráveis e sem crescimento.

"Sem capacidade econômica, produtiva e tecnológica na saúde, não teremos direito à vida", diz ele, que defende fortalecer o complexo econômico-industrial da saúde, com iniciativas como reconstrução da capacidade de atuação sistêmica do governo e financiamento para ciência e tecnologia.

Foi lançado ontem o projeto Desenvolvimento, saúde e mudança estrutural: O Complexo Econômico-Industrial da Saúde 4.0 no contexto da covid-19, coordenado pela Fiocruz para pensar políticas para o setor. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: No novo mundo pós-pandemia, qual é o papel da saúde?

Carlos Grabois Gadelha: A saúde é uma das áreas mais críticas para as perspectivas de futuro em termos globais e para a inserção do Brasil. É um complexo econômico que representa 10% do Produto Interno Bruto [PIB]. Nos países mais desenvolvidos, essa parcela do PIB se aproxima de 15%, caminhando para

20%. No Brasil, são R\$ 700 bilhões em termos de valor adicionado por ano, mais do que o peso de toda a indústria. Se no século passado se falava em petróleo, aço ou indústria automobilística, não tenho dúvida de que neste século a gente vai falar de quarta revolução tecnológica, do complexo industrial da saúde, de tecnologia de informação e de comunicação.

Valor: E como fica a relação entre a saúde e a economia?

Gadelha: Com a pandemia, o que vínhamos estudando há 20 anos na Fiocruz, ao tratarmos do complexo econômico-industrial da saúde, se confirmou. A saúde é vetor e mola propulsora do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, quem não tiver capacidade econômica, produtiva e tecnológica em saúde vai ficar fora do século XXI e vulnerável. Sem capacidade econômica, produtiva e tecnológica na saúde, não teremos direito à vida. Como dizia [John] Keynes, a economia deve estar a serviço da sociedade, não há contradição entre vida e economia. Ou a gente junta as políticas de ciência, tecnologia, industrial e inovação, direcionadas por um serviço social, que é o acesso universal à saúde e o direito à vida, ou o Brasil vai crescer pouco, ser pouco dinâmico e não vai garantir o direito à vida. No contexto atual, investir na saúde poderia ser o motor principal para tirar a economia da crise. Um programa de investimento público que puxasse o investimento privado na produção de medicamentos, de vacinas, de equipamentos e em toda área de serviços, tecnologia de informação e software seria um belo programa para cuidar da vida e da saúde e, ao mesmo tempo, gerar emprego, inovação e investimento. No fundo, é necessário mudar os óculos míopes que veem a saúde como despesa. O gasto em saúde é investimento. Quem não tem saúde não tem futuro.

Valor: Qual é o foco do estudo que acabam de lançar?

Gadelha: É um trabalho conjunto liderado pela Fiocruz, com 35 pesquisadores, de dez instituições ao todo, com o tema "Desenvolvimento, saúde e mudança estrutural: O Complexo Econômico-Industrial da Saúde 4.0 no contexto da covid-19". Fizemos uma parceria com o Centro Internacional Celso Furtado, que dedicou uma edição inteira da revista "Cadernos do Desenvolvimento" ao tema. A revista junta o

pensamento da economia do desenvolvimento com um pensamento sanitarista que coloca a economia a serviço da saúde, e não o inverso. A ideia é pensar a retomada do desenvolvimento no contexto da pandemia e no contexto pós-pandemia. A marca dessa revista é trazer uma visão que coloca um novo paradigma de política pública, com propostas de políticas que relacionam as questões estruturais do crescimento econômico com o enfrentamento das enormes carências do SUS. O mundo da saúde coletiva não falava da centralidade do desenvolvimento econômico, social e produtivo no campo da saúde. E havia quem achava que fazer política industrial e tecnológica para o complexo de saúde seria uma aberração. Mostramos que essa convergência é possível.

Valor: O que o conceito do complexo econômico-industrial da saúde engloba?

Gadelha: O conceito do complexo econômico-industrial da saúde mostra que há uma interdependência entre as dimensões econômicas e sociais do desenvolvimento. O complexo é o outro lado da moeda do SUS. Sem base econômica, tecnológica e material, o sistema universal não tem sustentação, tem os pés de barro. A questão é a interdependência: não posso enfrentar a co-vid-19, por exemplo, sem atenção básica, sem atenção especializada, sem vacina, sem ventilador e sem medicamento anestésico. Se qualquer parte desse sistema não funciona, há impacto. O complexo engloba quatro sub-sistemas importantes. O primeiro é o de base química e tecnológica, onde estão toda a indústria farmacêutica e as vacinas. O segundo é a de base mecânica e eletrônica, onde se encontra a produção de equipamentos e materiais como ventiladores, ressonância e tomógrafos. Há o terceiro, que engloba todo o sistema de serviços e de tratamento de saúde, onde está a atenção primária e especializada. E existe agora um quarto subsistema, que é o de informação e de conectividade, que invade todos os demais. A vacina para a covid-19 não teria sido desenvolvida em menos de um ano sem inteligência artificial e sem uso sistemático de "big data" para avaliar a eficácia das vacinas quase em tempo real. Se essas áreas não conversam, o tratamento para a covid-19 vai fracassar.

Valor: E o que esse quarto subsistema muda a realidade da saúde?

Gadelha: A distância entre os países e empresas que têm ou não tecnologia aumentou. Quase 90% das patentes estão em apenas dez países. É preciso correr no tempo e diminuir a distância, é o grande desafio estratégico. O sistema da saúde está passando por uma revolução completa. Não se faz

mais medicamento, vacina ou atenção primária sem inteligência artificial e "big data". Quem não acompanhar a revolução [da saúde] não vai conseguir atender sua população nem na covid-19 e nas suas consequências nem nas futuras pandemias e nos desafios da saúde pública que vamos enfrentar. Antigamente, os economistas falavam em déficit comercial de equipamentos, de reativos... A pandemia mostra que a visão de sistema econômico e produtivo do complexo é essencial para o desenvolvimento. É preciso calcular o déficit comercial da saúde, e não apenas de equipamentos. A importação em saúde no país atinge US\$ 15 bilhões. Se somar o que se paga por conhecimento, softwares e patentes, o valor chega a US\$ 20 bilhões.

O Brasil hoje gasta o equivalente a um orçamento inteiro do Ministério da Saúde sem gerar emprego, inovação, nem conhecimento que seja desenvolvido pelas instituições brasileiras.

Valor: Que políticas públicas são necessárias?

Gadelha: A primeira questão é recuperar institucionalidade perdida quando foi encerrado o grupo executivo que tratava do complexo da saúde. É preciso uma política sistêmica para articular ações de governo, isso não é blá-blá-blá. Sem isso, a área social vai para um lado, a industrial, para outro, assim como a econômica e a de ciência e tecnologia. Além disso, os investimentos devem ser vistos como políticas de Estado de longo prazo. A Fiocruz e o Instituto Butantan só estão dando respostas agora pelos 20 anos de investimentos em inovação. É importante também criar um ambiente institucional seguro para o gestor público poder inovar. Devemos imitar o [Joe] Biden, que atualizou o "Buy American Act" [preferência a produtos fabricados nos EUA]. É preciso usar o poder do Estado para que as compras públicas gerem emprego e renda no Brasil. As políticas de financiamento também são importantes, tanto com recursos orçamentários, quanto via BNDES e Finep. É preciso vincular o financiamento a produzir e gerar conhecimento no Brasil.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

PIB do Chile tem maior queda em quase 40 anos

Marsílea Gombata

A economia do Chile teve em 2020 a maior contração desde início dos anos 1980, mas deve ter uma das recuperações mais fortes da região neste ano graças à campanha de vacinação, entre as mais aceleradas do mundo.

No ano passado, o Chile contraiu-se 5,8% por conta da pandemia. Segundo o Banco Central, o impacto ficou evidente no segundo trimestre, quando o **PIB** contraiu-se 13%, na variação trimestral. A recuperação começou no terceiro trimestre e ganhou força no quarto, com expansão de 6,8%.

O desempenho da economia foi o pior desde o início dos anos 1980 - em 1982 o **PIB** encolheu 11%.

Os setores mais afetados pela pandemia foram serviços (-6,8%) e construção civil (-14,1%). O consumo teve queda de 5,7%, e o investimento em formação bruta de capital fixo, de 11,5%. O setor de mineração foi um dos poucos que teve expansão e cresceu 1,3%.

Neste ano o país deve ter uma das recuperações mais sustentadas da região graças à campanha de vacinação em ritmo acelerado.

"A expansão do **PIB** no quarto trimestre mostra que a economia caminha para um impulso significativo em 2021, afirma Nikhil Sanghani, da consultoria Capital Economics, ao citar o índice mensal de atividade econômica (Imacec), que subiu 1,3% em janeiro. "As perspectivas são animadoras dado o rápido progresso da vacinação no país. Por isso, estamos revisando nossa projeção de crescimento do PIB em 2021 de 6,5% para 9%."

A Oxford Economics também revisou para cima sua projeção de crescimento para 2021 de 6,4% para 6,6%. A consultoria prevê expansão de 2,7% do **PIB** neste trimestre, ante o trimestre anterior. Na comparação anual, a alta será de 0,2%.

"Por causa da vacinação, o Chile será o primeiro país da região a voltar à "normalidade", diz Felipe Camargo, da Oxford Economics.

O Chile ultrapassou os EUA em total da população

vacinada. Segundo o Covid-19 Tracker, da Bloomberg, o Chile administrou 40 doses da vacina por 100 habitantes, com 27% da população tendo tomado uma dose. Os EUA, por sua vez, aplicaram 34 doses /100 habitantes e deram a primeira dose a mais de 22% da população.

A campanha de vacinação do Chile só fica atrás das de Israel, que deu a primeira dose a 56,8%, e do Reino Unido, onde 37,8% receberam uma dose. A meta é vacinar 80% da população até junho.

Camargo diz, contudo, que o país ainda não sente benefícios da vacinação. "Algumas regiões ainda estão sob quarentenas", conclui.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Bolsonaro é o adversário do Centro (2)

Fernando Abrucio, doutor em ciência política pela USP e professor da Fundação Getúlio Vargas, escreve neste espaço quinzenalmente

A volta de Lula para a ribalta da política fez as peças do tabuleiro de 2022 se mexerem. O primeiro a sentir essa mudança foi o presidente Bolsonaro, que colocou até máscara e teve de trocar o ministro da Saúde, mais pelo discurso de São Bernardo do que pelas mais de 270 mil mortes causadas pela covid-19. Já a oposição de Centro ficou muito abalada pela decisão do STF e reagiu na linha do antipetismo. É natural que a maioria dos contrários ao PT reagisse negativamente, inclusive Ciro Gomes, que terá de conquistar boa parte da centro-esquerda. Passado o choque inicial, deveria vir o diagnóstico eleitoral. Neste ponto, uma coisa é clara: o principal adversário do Centro é Bolsonaro.

Entender quem é seu oponente central e descobrir como enfrentá-lo são os dois passos estratégicos para quem quer entrar na disputa política. O posicionamento de Bolsonaro e do lulismo no jogo político está bem claro. Ainda há dúvidas sobre como Ciro Gomes vai se reposicionar. Mas a maior incógnita está no Centro oposicionista (em contraposição ao Centrão), que congrega vários partidos e candidatos com pretensões presidenciais, tem importantes governos estaduais e capitais em suas mãos, além de ter um suporte de importantes grupos sociais. É um cabedal político muito forte, mas que por ora está fragmentado e não consegue produzir um projeto eleitoral nítido.

O discurso contra a polarização gerada pelo bolsonarismo versus o lulismo serve para criar uma identidade, mas é claramente insuficiente para se vencer a eleição. Três razões embasam esse argumento. A primeira é que o jogo político da redemocratização tem se organizado de forma polarizada, no sentido estrito da ciência política: duas forças têm predominado na eleição presidencial, com pouco espaço para uma terceira via.

Na primeira eleição direta da redemocratização, houve uma grande dispersão no primeiro turno, particularmente porque os partidos estavam ainda se organizando e se posicionando frente à sociedade. Foi só depois do impeachment do presidente Collor que se estruturou o eixo polarizado do sistema político brasileiro. Assim, de 1994 a 2014, a disputa presidencial brasileira foi orientada pela competição entre PSDB e PT. Ou, nos termos do excelente livro

de César Zucco e David Samuels ("Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans: Voting Behavior in Brazil"), criou-se uma dicotomia entre petismo e antipetismo que estruturou as preferências dos eleitores por pelo menos 20 anos. Em todas as eleições presidenciais da redemocratização, o Partido dos Trabalhadores esteve no segundo turno, perdendo em quatro ocasiões (1989, 1994, 1998 e 2018) e ganhando nas outras quatro vezes (2002, 2006, 2010 e 2014).

A força petista, bastante vinculada à liderança do ex-presidente Lula, é algo que tem levado os demais grupos políticos a lutar para ser o outro lado desse jogo. Seguindo essa lógica, o Centro disputa com Bolsonaro para ver quem será o adversário do petismo. Esse raciocínio foi esquecido por muitos analistas políticos e, especialmente, por lideranças centristas de oposição. Talvez estivessem pensando que tal fator não apareceria mais em 2022, pois o antipetismo cresceria de tal forma que a escolha seria de um nome não-petista para competir com Bolsonaro.

E aqui entra a segunda razão pela qual o Centro tem de ir além da narrativa da polarização entre PT e Bolsonaro: o principal eixo da eleição de 2022 será o antibolsonarismo, do mesmo modo que a disputa presidencial de 2018 teve no antipetismo sua peça-chave.

A crise atual é imensa, mas claro que o governo pode se recuperar às vésperas do pleito. Só que o cenário político aparenta ter mais pedras e espinhos no caminho bolsonarista do que esperança de uma reeleição tranquila.

A lista de fatos problemáticos para o governo é extensa. A crise da pandemia terá seus piores momentos nos próximos três meses, quando a cobertura vacinal será muito baixa e não haverá ainda vacinas para um bom contingente da população. As mortes se multiplicarão e serão cada vez mais dramáticas, como foram em Manaus. Num cenário como esse, além da revolta de boa parte da população com o fracasso da política de saúde, não há a menor chance de a economia andar no primeiro semestre. O auxílio emergencial agora será bem menor e a popularidade obtida no ano passado não se repetirá.

Nos próximos meses, incluindo o início do segundo semestre, Bolsonaro perderá muita popularidade. Não se sabe ainda qual é o seu piso, mas se chegar mais próximo dos 20%, o Centrão cobrará caro para evitar o

impeachment ou a transformação do presidente num "lame duck" (pato manco), sem autoridade até com quem lhe serve o café. Esse preço causará mais danos sobre a imagem presidencial, bem como uma possível piora na parte fiscal. Tudo isso num contexto em que os juros poderão subir para se evitar a **inflação**, em que o dólar não vai cair porque o descrédito do Brasil só acabará com uma mudança radical desse governo (algo difícil de acontecer) ou quando assumir o próximo.

O aumento da cobertura vacinal e o impulso econômico vindo de fora poderiam ser dois empurrões para a recuperação econômica brasileira e, com isso, o presidente poderia subir novamente nos indicadores de popularidade. É uma hipótese possível, mas que ainda terá que competir com vários escândalos envolvendo a família Bolsonaro e que vão assombrar o Planalto até o fim do mandato. Soma-se a isso o fracasso em outras áreas de políticas públicas, como educação, meio ambiente e garantia de direitos humanos nas questões de gênero e raça, para não falar do sepultamento de qualquer política anticorrupção.

Todos esses fatos tendem a levar um grande contingente de eleitores a não votar em Bolsonaro, mesmo que ocorra alguma bonança econômica, até porque esta será suave e sem as proporções de um Plano Real ou do desempenho do segundo governo Lula. Neste sentido, uma eventual reeleição de Bolsonaro tenderia a ser mais parecida com a de Dilma, isto é, de alguém que ganha com uma diferença ínfima e que teria uma altíssima rejeição, inclusive de grupos com forte capacidade de mobilização. Uma vitória assim é a antessala para a ingovernabilidade, como já vimos por duas vezes desde a redemocratização.

O cenário mais provável para 2022, portanto, é de um peso enorme para o discurso antibolsonarista. Isso não impede Bolsonaro de chegar ao segundo turno, do mesmo modo que o PT foi para a disputa final em 2018 quando foi o auge do antipetismo. Mas, nesta situação, Bolsonaro e suas ideias se transformam no espantinho a ser batido. Quem percebeu isso? Lula, muito mais do que o PT, e num só discurso se colocou como mais antibolsonarista do que o Centro em dois anos de mandato. Ao fazer esse movimento, o ex-presidente tornou-se o líder mais apto a conquistar o eleitorado mais de centro-esquerda e os eleitores das classes D e E. Se o centrismo de oposição não radicalizar seu viés contrário ao presidente da República, inclusive encampando o impeachment ou atuando para criar CPIs, perderá o trem da história.

Uma ressalva poderia ser feita pela oposição de Centro: contava-se com uma candidatura petista que

não fosse Lula. Na verdade, não há ainda nem a certeza de que o ex-presidente poderá ser candidato, visto que o STF é a instituição menos previsível da democracia brasileira. O que poderia ser um alento para os antipetistas é, antes de mais nada, miopia, uma vez que, sendo candidato ou não, Lula terá muito mais influência do que na eleição de 2018, seja porque o antipetismo será menor e a história da "prisão injusta" vai conquistar mais gente agora, seja porque Bolsonaro estará em declínio.

Esta é a terceira razão que deveria levar o Centro a criar uma estratégia mais consistente do que o mero discurso da polarização: sendo ou não candidato, a influência de Lula tende a ser capaz de garantir mais de 30% dos votos do primeiro turno, se não mais-final, Fernando Haddad, nome nacionalmente pouco conhecido, com Lula preso e no auge do antipetismo, teve 29,28% na votação inicial. Em outras palavras: é muito difícil que um representante do lulismo não esteja no segundo turno. O outro oponente sairá da luta entre Bolsonaro e seus outros adversários.

Encurrular Bolsonaro e lhe fazer uma dura oposição, que torne claro o seu antibolsonarismo para a população, é o melhor caminho para o Centro ganhar um lugar no segundo turno da eleição presidencial. Para tanto, é preciso começar agora esta tarefa, e não deixar para o ano que vem, marcando por um longo tempo uma posição, de modo a torná-la eleitoralmente consistente. Poderia começar por defender uma visão favorável ao impeachment ou a uma responsabilização pública mais forte do presidente. Quem estiver nitidamente com a maioria do povo nos próximos meses, que serão os piores da pandemia, poderá ser recompensado em termos de apoio político.

Mas essa atuação centrista deve ser precedida por uma proposta alternativa de políticas públicas e, sobretudo, da união em torno de uma posição antibolsonarista, criando uma identidade mais relevante do que a narrativa da polarização. Muitos do Centro já falam num candidato único, que seria a solução política mais efetiva, porém, esse esforço só fará sentido para se chegar ao segundo turno se conseguirem destronar Bolsonaro da posição de adversário preferencial do PT.

Fernando Abrucio, doutor em ciência política pela USP e professor da Fundação Getúlio Vargas, escreve neste espaço quinzenalmente

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186750